

Boletim de Transparência **Fiscal**

RIO DE JANEIRO | 5º BIMESTRE DE 2012

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Celina Melo

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernanda Correia de Oliveira

Fernando Rezende Filho

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

João Souza

Juliana de Araujo Castelo Branco Castro

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Paulo Levy

Rafael Erbisti

Raphael Philipe Moura

Raul José Piedade De Macedo

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910



SUMÁRIO

EXECUTIVE SUMMARY	10
I. Economic Outlook.....	12
I.I The Domestic and International Environment.	12
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	15
I.III Labor Market	18
I.IV Inflation	19
I.V External Sector	20
I.VI Credit	20
I. Panorama Econômico	21
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	21
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	24
I.III Mercado de Trabalho	27
I.IV Inflação	28
I.V Setor Externo	29
I.VI Crédito	29
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	31
III. Resultados Fiscais.....	35
III.I Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	37
III.II Resultado Primário	38
IV. Receita Estadual	40



IV.I Receitas Correntes.....	41
IV.I.1 Receita Tributária	42
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	44
IV.I.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	46
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	52
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	54
IV.I.3.2 Transferências da União	55
IV.II Receitas de Capital	57
V. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	59
V.I - Evolução do Orçamento	59
V.II - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	70
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	74
VI.1 Cota Financeira.....	74
VI.2 Pagamento de PD's	75
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	76
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	77
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento	79
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	81
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	90



Apresentação

Este é o vigésimo nono número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto referente ao exercício de 2012. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.



A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/11/2012.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



RESUMO EXECUTIVO

O **quinto bimestre de 2012** reverteu à tendência observada no período anterior e praticamente alcançou as metas de arrecadação da receita do bimestre. No total, as metas foram alcançadas em 99,9%, impulsionadas, sobretudo, pelas receitas correntes que superaram a meta em 8,6%. Com isso, a Secretaria de Estado de Fazenda vem obtendo os recursos indispensáveis ao inteiro funcionamento das funções do Estado do Rio de Janeiro.

Os resultados orçamentário (-R\$442,64 milhões) e **primário** (+R\$1.441,78 milhões) acumulados até o quinto bimestre sofreram influência expressiva do déficit sazonal do RIOPREVIDENCIA.

A evolução adequada das receitas estaduais é decorrente, sobretudo do crescimento nominal de 7,2% na arrecadação do ICMS no acumulado do ano e pelo excepcional desempenho das receitas de patrimoniais (Petróleo) que obtiveram incremento de 18,8% no bimestre e 20,7% no acumulado. O crescimento do ICMS é fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda.

As Receitas de Transferência têm crescido em ritmo lento no acumulado (+1,3%), embora com significativa recuperação no bimestre (+7,2%). Reflexos da desoneração do IPI.

As receitas de capital apresentaram expressivo declínio no bimestre (-82,8%), corroborando o baixo desempenho no acumulado (+1,6%) devido aos atrasos no recebimento de diversas operações de crédito. No entanto, a expectativa é de receber-las até o final do ano.

A previsão inicial era de que o ERJ executasse até outubro de 2012, R\$ 45,55 bilhões de reais, entretanto esta meta foi superada em R\$ 3,95 bilhões, principalmente em despesas de Pessoal, R\$ 1,80 bilhões, em razão de arrecadação de receitas a maior.

A dotação evoluiu de R\$ 64,03 bilhões para 70,40 bilhões até o fim de outubro, sendo que deste incremento, 41% decorrem das alterações orçamentárias do 5º bimestre. O maior crescimento percentual na participação da dotação orçamentária no decorrer do exercício ocorreu na área de infraestrutura (5,81% - 7,95%), enquanto que a maior redução ocorreu em Encargos Especiais (28,29% - 26,21%).

A área de segurança Pública recebeu a maior parte das alterações orçamentárias do bimestre, R\$ 1 bilhão, principalmente para o pagamento de Pessoal e Encargos Sociais. Houve ainda R\$ 611,30 milhões de créditos adicionais oriundos do Fundo único de Previdência do ERJ (Superávit financeiro), financiados em grande parte pelos Royalties da extração do petróleo para suprir a previdência dos servidores.

O ERJ ampliou a margem para limitação de empenho, liberando R\$ 400,40 milhões em razão de uma previsão a maior de receita, principalmente na função Encargos Especiais, as quais envolvem as transferências tributárias Constitucionais, entretanto ainda encontram-se contingenciados no ERJ 1,84 bilhões, ou 2,6% do orçamento atual.



Analisando as despesas sob a ótica de áreas e grupos de natureza de despesa, a maior parte destas, no exercício, situam-se em Outras Despesas Correntes – Encargos Especiais (22,0%), logo em seguida em pagamento da Previdência (17,46%) e por último, em despesas de Pessoal dos Outros Poderes (7,45%), este incluem-se os órgãos do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Procuradoria do ERJ e Defensoria Pública. O Estado honrou 95,62% de suas obrigações. Pagou R\$ 47,45 bilhões de R\$ 49,63 bilhões.

As despesas de Pessoal cresceram 14,2 % em relação ao ano passado, sendo que na área de Segurança Pública 22,56%. Nas Outras despesas de correntes a maior parte destas ocorreu em Encargos Especiais (R\$ 10,34 bilhões), e o maior crescimento (2011 – 2012) ocorreu na Área de Assistência Social (Renda Melhor e Aluguel Social), 209,1%.

Nas despesas de capital, excetuadas as amortizações, nesse bimestre, destacam-se a área de Infraestrutura e a de Transporte, principalmente em razão das obras atinentes ao serviço metroriário do Rio de Janeiro. O 5º bimestre sozinho representa 31,67% das despesas de investimento e inversão financeira, e especificamente na área de infraestrutura 50,07%.

As fontes de recursos do tesouro financiariam 71,1 % das despesas, principalmente as oriundas da arrecadação de impostos. Já as fontes de recursos excluídas do tesouro, decorrem em maior parte pela arrecadação própria de cada órgão, pela FR 10.

No cumprimento de aplicação de recursos mínimos para a educação, saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS, o ERJ está adequado em relação à FAPERJ com 2,02% (mín. 2%) de aplicação. Os demais índices se encontram abaixo do mínimo: educação, 23,92% (mín. 25%); saúde, 11,38% (mín. 12%); FECAM, 3,63% (mín. 5%); e FEHIS, 9,99% (mín. 10%). Ressalta-se que os índices devem ser cumpridos ao fim do exercício, todavia os mesmos são monitorados durante o decorrer do ano.



EXECUTIVE SUMMARY

The fifth quarter of 2012 reversed the trend observed in the previous period and almost achieved the targets for revenue collection in two months. In total, the goals were achieved in 99.9%, driven mainly by current revenues which exceeded the target by 8.6%. With this, the State Department of Finance has obtained the resources required to run the entire functions of the state of Rio de Janeiro.

The budget results (-R \$ 442.64 million) and **primary** (+ R \$ 1,441.78 million) accumulated up to the fifth quarter suffered significant influence of the seasonal RIOPREVIDENCIA deficit.

The orderly progression of state revenues is due mainly to the nominal growth of 7.2% in collection of ICMS in the year and the outstanding performance of patrimonial revenue (Petroleum) who obtained an increase of 18.8% in the quarter and 20.7% cumulative. The growth of ICMS is the result of the economic recovery and the enforcement actions of the State Department of Finance.

Transfer Revenues have grown at a slower pace in the accumulated (+1.3%), although with a significant recovery in the quarter (+7.2%). Reflections of exemption of IPI.

Capital revenues showed significant decline in two months (-82.8%), corroborating the low performance in the accumulated (+1.6%) due to delays in the receipt of various credit. However, the expectation is to receive them by the end of the year.

The initial forecast of Rio de Janeiro's Budget execution until October 2012 was, R\$ 45,55 billion, however the estimate was exceeded by R\$ 3,95 billion, due to a higher than expected revenue and a growth of personnel costs (R\$ 1,80 billion).

The budget grew from R\$ 64,03 billion to R\$ 70,40 billion by the end of October, , 41% of the budget changes result from the last 2 months. The largest percentage increase in the budget share during the year occurred in infrastructure sector (5,81% - 7,95%), while the largest decrease was in Special Charges (28.29% - 26.21%).

Most of the budget changes, in the last two months, were in the Public Safety sector(R\$1 billion) mainly in payroll. There was still R\$ 611.30 million of additional credits from the State Retirement Fund (financial surplus), Which the most representative revenue source are royalties from oil extraction.The ERJ expanded the fund citation limit, releasing R\$ 400,40 million due to a higher revenue forecast, mainly in Charges, which involve the constitutional tax transfers, however there are still R\$ 84 billion, contingency , 2,6% of the current budget.

Analyzing the costs from the perspective of the areas and groups of expenditure, most of these, lie in Other Current Expenses - Special Charges (22,0%), then immediately on payment of Social Security (17,46%) and lastly in the Personnel expenses of Other Government branches (7.45%), this includes the Court of



Auditors, Court of Justice, prosecutors, Legislature, Attorney and Public Defender's ERJ. The State has honored its obligations up to 95,62% paying R\$ 47,45 billion from R\$ 49,63 billion of fund citation.

Personnel expenses increased 14,2% over the last year, and Public Safety sector 22,56%. With The Other current expenses, most of these occurred in Special Charges (R\$ 10,34 billion), and the largest growth (2011-2012) occurred in the Social Assistance sector (Renda Melhor and Aluguel Social), 209,1%.

In capital expenses, except for depreciation, this quarter, we highlight the Infrastructure and Transport sectors, mainly because of the works pertaining to subway service in Rio de Janeiro. The 5th quarter alone represents 31,67% of capital expenditure and financial inversion, which 50,07% belongs to infrastructure activities.

The funds originated by treasury activities (mainly tax revenue) funded 71,1% of the expenditure,. Taking into account other sources of funding (e.g Loan Operations and Covenants) most of the funds came from the revenues of each organ activities, the FR 10.

In the matter of minimum constitutional fund application in education and healthcare, the State of Rio de Janeiro invested 2,02% in FAPERJ (min. 2%). The other indicators are below the minimum: education, 23,92% (min. 25%), health, 11,38% (min. 12%); FECAM, 3,63% (min. 5%), and FEHIS 9,99% (min. 10%). It is noteworthy that rates must be met at the end of the year, but they are monitored during the course of the year.



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Environment¹.

The result of the Brazilian GDP in the third quarter thwarted widespread expectations: growth of 0.6% from the previous quarter came well below the expected range of 1.2%, although it represents an acceleration compared to the variation of 0.2% in the second quarter. With this result, it is likely that growth in 2012 will be close to 1%, much lower than the projections for the beginning of the year, between 3 and 3.5%, and the government's target of 4.5%.

Since the second half of 2011, policies are being implemented to stimulate demand which apparently, **and not so far**, have not proved to be able to promote the resumption of sustainable growth. Among these policies, there is a strong reduction of the basic interest rate by the Central Bank from 12.5% per year in July 2011, to 7.25% per year last October, even with inflation above target. In real terms, considering the expected behavior of the base rate and inflation in the next 12 months, the drop was even more impressive: 6.9% per year to 1.7%. This level of real interest rate is the lowest in the country's history in a context of relative stability. Simultaneously, the government also acted intensively in the area of credit, using public banks to force the reduction of bank spreads, which fell from 34% to 26% per year on average between October year over year, despite the sharp rise in defaults in the period. Credit expansion also included new caps from BNDES and with the extension of credit lines more heavily subsidized of the bank in an effort to encourage investment.

The expansionary monetary policy was accompanied by a major shift in exchange rate policy as well. In fact, since mid-2011, restrictions on the inflow of foreign funds and aggressive interventions in both the spot and derivatives foreign exchange markets contributed to promote a sharp devaluation of the Real. Acting in the same direction was the slowdown in global growth, China in particular, reducing by about 8% the terms of trade of the Brazilian economy in October compared to the same month of 2011. As a result, between July 2011 and last October the real depreciated by just over 30%, and since then the government has kept the exchange rate in a range between \$ 2 and 2.10 per U.S. dollar. Remember the emphasis given to the overvalued exchange rate to explain the low growth (2.7%) in 2011, particularly in industry. In the face of a global deflationary context, the impact of the devaluation over inflation has been rather small. However, even with the weak economic growth this year, inflation is expected to stay more than one percentage point above the 4.5% target, with the expectation that by 2013 this level is maintained, despite the expected reduction in electrical energy tariffs and control over fuel prices.

Why the economy has not reacted as expected to the stimulus policy? The low growth in the third quarter can be attributed in part to an atypical phenomenon: **a negative change (decrease of 1.3% in seasonally adjusted variation) of financial intermediation, which weighs 6.3% of GDP**. With this, the services sector had no change – its worst performance since the last quarter of 2008, when the economy was strongly affected by the international crisis and GDP declined by almost 4%. In contrast to the poor performance of

¹ This analysis uses data available until December 20



services, industry, whose growth had been not only low, but also very volatile, showed some recovery, growing 1.5% in the manufacturing sector and 1.1% as a whole.

[Data already available for October seem to indicate slight signs of recovery](#): industrial production grew 0.9% in the month, specially the durable segment, with growth of 1.4%. The retail sales by volume maintained growth path, expanding 0.8% in the restricted concept and 8% in the wider one, both in seasonally adjusted terms, compared with the previous month. In cumulative terms in the year to October, retail displays growth rates of 8.9% and 9.7%, respectively. The demand behavior reflects reductions of the IPI tax for cars and home appliances, alternating peaks and valleys according to the expectations surrounding its renewal every two or three months. It is worth observing also that the positive behavior of consumption goods takes place even as indicators of household indebtedness relatively high: in September, its level reached 44% of the income accumulated in the previous 12 months, and their service amounted to 22% of the monthly family budget. The delinquency rate for individuals is stabilized slightly below 8%, almost one percentage point above the level a year ago.

Frustration about the stronger economic recovery can be almost entirely charged to investment behavior, which fell 2% in the third quarter – the fifth consecutive fall, accumulating a 5.8% reduction from the second quarter of 2011. The fall in production of capital goods in the year was nearly 12% in October, while production of inputs for construction grew only 2.1%. This weakness of investment, while pointing out the need to address the structural problems of the Brazilian economy, indicates that the acceleration of growth expected in the coming quarters may have limited scope if supported only by measures to stimulate consumption, either households or government.

Among the factors that may be blocking investment is an external environment still loaded with uncertainties, although somewhat less volatile than in the first half of the year. In the Eurozone, advances towards deeper integration – for example, through measures recently adopted in order to unify the mechanisms of control and supervision of the banking system – are still very gradual. As result, the prospect of renewed economic activity remains uncertain, with deceleration recently reaching even Germany, which had remained with positive growth rates until the third quarter, but should record a fall in GDP in the fourth. In the United States, economic activity gives more consistent signs of recovery: rising industrial production, retail sales and construction activity and a fall in the unemployment rate. The big risk is the contractionary fiscal shock – the so-called "fiscal cliff" – to be triggered in early 2013, in the form of tax increase and automatic spending cut if negotiations around a long-term fiscal policies adjustment fail. The positive news for the Brazilian economy comes from China: after a period of slowing growth in the rate of GDP growth declined from 9.3% in 2011 to an expected 7.6% this year, is expected to accelerate in 2013 to over 8%. This represents a perspective of stability to the prices of commodities exported by Brazil at a relatively high level reached in 2012, with the exception of iron ore, whose price declined over the year, but seem to have stabilized in recent months.

In summary, the economic activity in the period September-October had two distinct moments: sharp drop in industrial production and relative stability of retail sales in September; and increases in both industrial



production and retail sales in October. However, the resumption of higher sustained growth rates still resents a clearer perspective of domestic economic policy and in the external scenario. Preliminary data indicate a new deceleration November compared to October, repeating the pattern of volatility of previous months and stressing the need for greater emphasis on structural issues that reduce the competitiveness of domestic production and therefore the incentive to invest.

The behavior of the labor market has been an important factor in sustaining consumption, as its behavior responds with relatively long lags the slowdown in economic activity. The average unemployment rate in September to October was 5.5% in seasonally adjusted terms, a level that has remained virtually the same since the beginning of the year. According to PME, the occupancy level in six metropolitan areas covered by the survey in October was 3% higher than a year ago, while the economically active population grew only 1.4%. The average real labor income of workers reflects this tightness in the labor market, and increased 4.6% in October compared to the same month of 2011. As a result of the expansion of the occupation and the average real earnings, the total labor income expanded by 7.8% in October and 6.2% in the year.

The collection of revenues administered by the Internal Revenue Service of Brazil (Receita Federal do Brasil – RFB), from January to October 2012, showed an increase of 5.5% nominal and real (CPI) of 0.18% over the same period of 2011. From June 2012, federal revenues have shown consecutive monthly declines in real terms in relation to equivalent months of 2011. The actual falls in September and October were 1.34% and 3.87%, respectively, compared to the same periods last year.

Among the several factors that contributed to this result, we highlight the reduction in profitability of companies, the performance of key macroeconomic indicators that influence the revenue and tax cuts. The main decreases in actual accumulated from January to October were recorded in the following tributes: IPI on cars (-45.19%)², IPI-Other (-11.04%)³, IOF (-7.03%)⁴ and Other revenues and administered by RFB (-42.79%)⁵. The collection of October/2012 grew 10.8% compared to September, in real terms, mainly by variation payment of 1st installment or single quota of income and social contribution taxes, related to the quarterly assessment ended the month of September/12 and payment In September 2012, the 1st installment or single quota of ITR for the calendar year 2011⁶.

² IPI-Cars' table changed for triggering events from May 2012.

³ Due to the reduction of 3.24% in industrial production during December/11 to September/12, compared to December/10 to September/11 (PIM/IBGE), and the exoneration of white goods and furniture.

⁴ Due to the reduction in volume of incoming transactions taxed by the IOF, growth of 18.75% in the volume of loans and the taxation of financial derivatives contract.

⁵ Explained by the payment in June/11 of 6.7 billion, due to the consolidation/debt prepayment of installments of special installment under Law 11.941/2009.

⁶ Data RFB



I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. Industrial production in the state of Rio de Janeiro increased in October (+3.0%) compared to September 2012, but the year-over-year comparison showed a decrease (-2.2%). At the country level, there was growth in both comparisons: 0.9% and 2.3%, respectively. This performance still reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the international and Brazilian economies. From January to October, the industry of the state records a negative -6.2% result, compared to a -2.9% variation for Brazil as a whole. In the last 12 months, the industry in Rio is down 5.6% compared with 2.7% at Brazil.

In terms of the main aggregates, the mining and manufacturing segments of Rio de Janeiro's industry in October grew by 0.17% and decrease by 2.6%, respectively, over the same period last year. Nationally, these figures were 3.9% and 2.2%, respectively.

The analysis of the thirteen industrial activities in which the sector can be disaggregated at the regional level reveals that the slowdown in Rio de Janeiro is widespread: seven of these sectors display lower production levels than in October 2011. The most significant decreases were recorded by the segments of automotive vehicles (-21.7%) and petroleum refining and ethanol production (-13.6%), influenced in large part by the decline in the production of trucks and diesel, respectively. It is worth noting the falls of metallurgy (-5.7%) and non-metallic minerals (-8.7%), mainly influenced by the fall in the production of carbon steel rebar and cut granite. On the other hand, the pharmaceutical industry has pursued the most significant positive contribution (+38.2%) for industrial output of the state, reflecting not only the largest drug manufacturing, but also the low base of comparison, since October 2011 the sector declined (-20.2%).

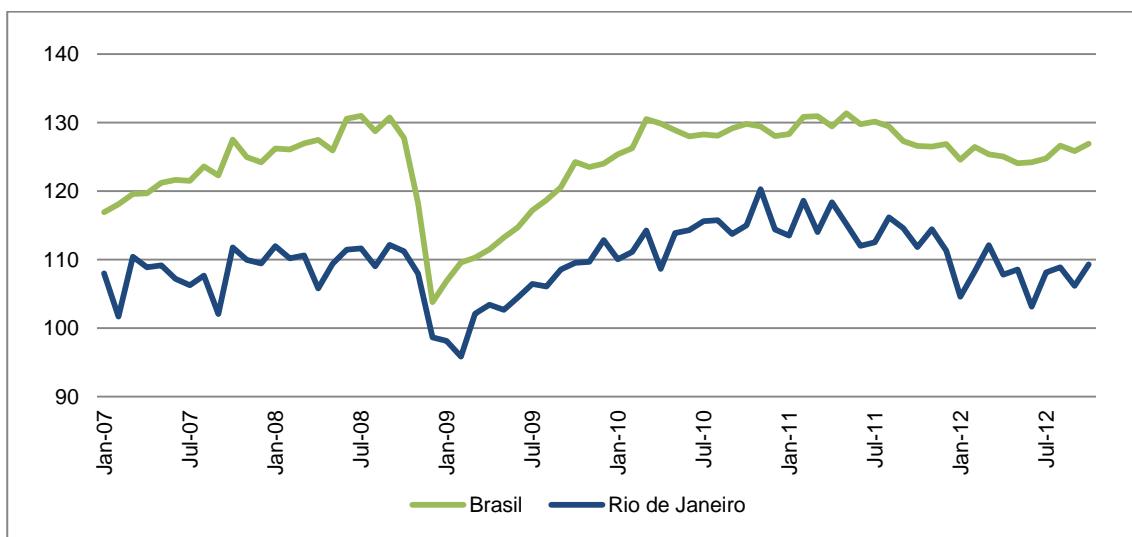
From January to October 2012 compared to the same period of 2011, the largest decreases occurred in automotive vehicles (-35.8%), food products (-11.2%), basic metals (-5.2%), non-metal (-12.5%) and beverages (-8.2%). Only the production of "other chemicals" sector showed significant positive change (7.1%) influenced in large part by increased production of herbicides, for use in agriculture, and of polypropylene.

Despite the negative results, the quarterly moving average index for general industry in Rio de Janeiro showed expansion of 0.4% in the quarters ended September and October, and continued the upward trend begun last June 2012, breaking six consecutive quarters of negative rates, when it accumulated loss of 8.6%. Making the same comparison in relation to 14 activities, it is observed that nine of them had a small negative change in relation to the quarters ended. While the sectors that stood out were the food and beverage industries which grew by 3.1% and 3.0% respectively.



Graph 1

General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

Oil. Oil production in RJ dropped sharply in September – to the lowest level of production since February 2011 – followed by a slight recovery in October. Compared to the same two months of 2011, the drop in production was 5.8%. The year records a cumulative decline of 0.4%, and it is expected that for the year as whole the result should also be negative, as November and December of 2011 showed very high production. The price of a barrel of Brent crude oil has been showing some decline since July and its behavior points towards a closing slightly below \$ 110 in 2012.

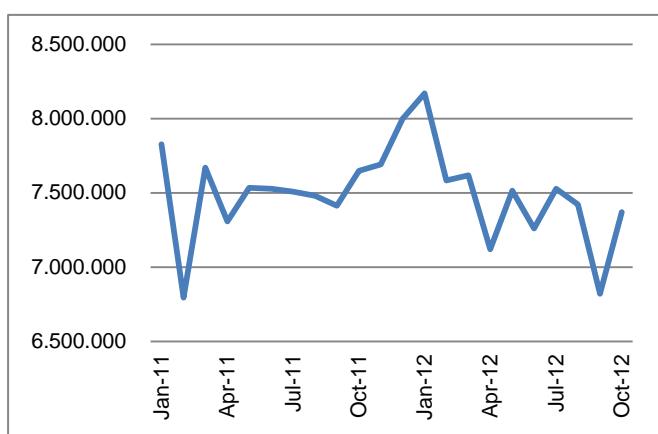
Table 1
General data on Oil Production and average Oil Price

Discriminação	2011	2012	Variação
Oil Production (m³) - September/October	15.060.185	14.190.639	-5,8%
Oil Production (m³) - YTD Through October	74.705.915	74.405.270	-0,4%
Avagare Brent (US\$) - September/October	111	112	-1,0%

Source: ANP e EIA

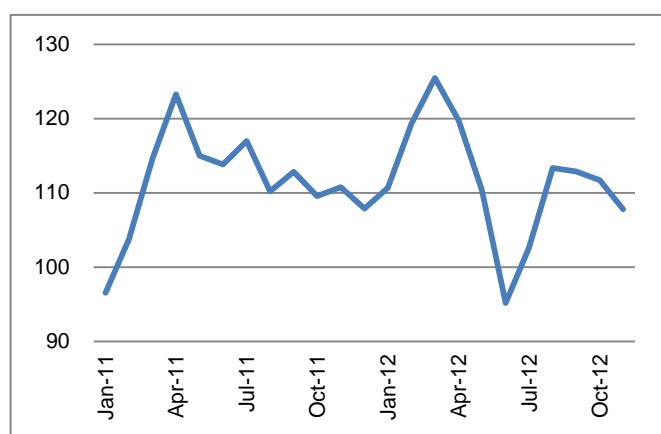


Graph 2
Oil Production - m³



Source: ANP.

Graph 3
Average Oil Price - Brent



Source: ANP.

Commerce. The volume of retail sales in Rio de Janeiro in September / October 2012 fell 0.3% from the previous two months in the series adjusted for seasonality. Nationally there was a growth of 0.8%. When comparing to the same two months of 2011, these variations were +4.2% and +8.8%, respectively. For the wide concept of retail activity, which includes auto and construction materials, the changes in relation to September / October 2011 were +5.5% for Rio de Janeiro and +8.3% for Brazil.

In the state of Rio de Janeiro, it is observed that the behavior of sales of fuels and lubricants; equipment and office supplies, computer and communication; and building material showed variations greater than those of Brazil, when comparing with the same period of the previous year.

In Brazil, on the other hand, the segments of hypermarkets and supermarkets and of furniture and appliances showed considerable growth over the same two months of 2011, while in Rio de Janeiro these segments reported no significant increase. The only activity in which there was no growth over the same period of 2011 was "books, newspapers, magazines and stationery," which fell by 2.2%.

Table 2 shows the growth rates of retail sales' volume, for Rio de Janeiro and Brazil, according to interannual variations of the quarter September/October and YTD.

Table 2
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	BR		RJ	
	Sept-Oct	Jan-Oct	Sept-Oct	Jan-Oct
Fuels and lubricants	11,4	6,9	23,8	14,9
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	8,2	8,7	1,2	0,8
Textiles, clothing and footwear	4,9	3,1	3,8	3,8
Furniture and appliances	9,7	13,1	0,0	8,6
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	10,5	11,1	7,2	8,2
Books, newspapers, magazines and stationery	7,8	4,9	-2,2	3,8
Equipment and office supplies, computer and communication	7,7	13,8	22,9	13,0
Other articles of personal and domestic use	10,7	8,4	9,6	3,1
Retail Trade	8,8	8,9	4,2	4,1



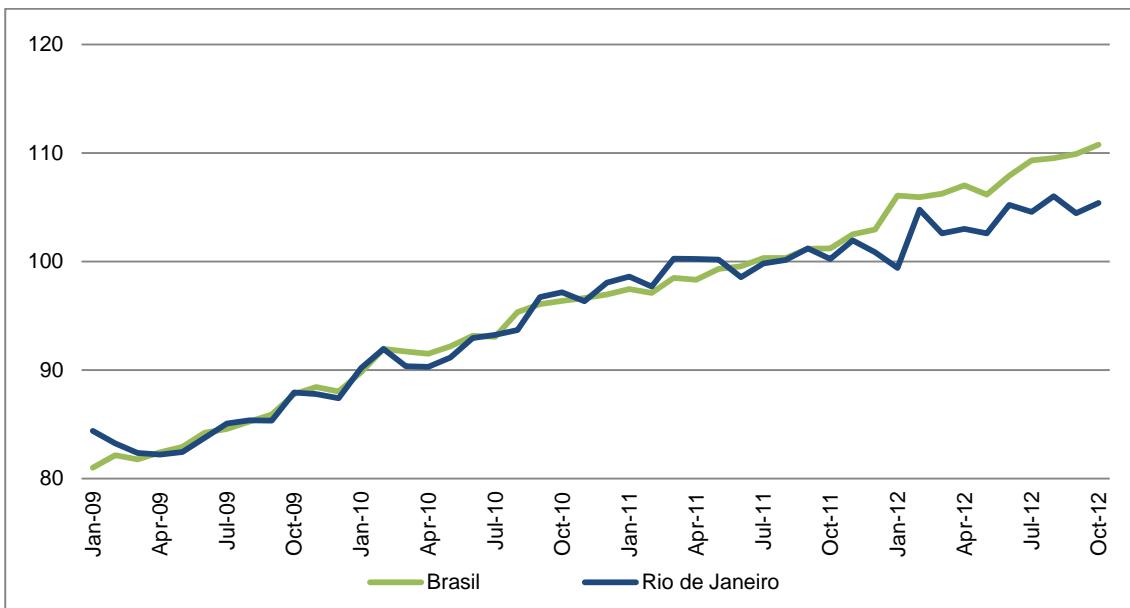
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	6,8	7,7	3,5	1,9
Building material	7,2	8,4	19,3	10,8
Expanded Retail Trade	8,3	8,5	5,5	4,5

Source: PMC/IBGE.

Chart 4 below shows that from the second half of 2011 a detachment occurs in the volume of retail sales between Rio de Janeiro and Brazil. This fact is mainly due to the different behavior displayed by the segment "Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco".

Graph 4

Volume of retail sales - fixed base index seasonally adjusted (2011 = 100)



Source: PMC/IBGE.

I.III Labor Market

The economically active population in the metropolitan area of Rio de Janeiro (RMRJ), according to the monthly employment survey conducted by IBGE, expanded (+2.3%) in the first ten months of 2012 compared with the same period last year. The same happened at the national level, but at a lower rate (+1.4%) for the same period. People employed during the reference week shows the same situation: both RMRJ and the rest of the country grew, with the former growing faster: +2.3% and +2.0%, respectively, in the YTD comparison up to October.

Comparing only the months September / October of 2012 over 2011, the unemployment rate shows a significant drop in RMRJ, from 5.8% (2011) to 4.6% (2012).

Regarding the process of formalization in the labor market, formal jobs continue to post growth (+2.7%) comparing the months between January and October 2012 over 2011. The change has been accelerating in the last two months, because the accumulated until August was only 1.8%. Unregistered employment also showed a small increase (+0.6%) considering the same period.



By sector of economic activity in RMRJ, those with above average growth (+2.4%) were: 'Other Services' (+4.3%),' Trade, repair of motor vehicles and of personal and household goods' (+3.7%), 'Construction' (+3.1%) and 'Mining and manufacturing industry and production and distribution of electricity, gas and water' (+2.5%).

The average real income in RMRJ showed an increase (+2.2%) from January to October 2012 compared to the same period of 2011. However, the national average real growth was higher compared to the same period (+3.5%). This is evident when comparing the income levels at the regional and national levels: between January and October 2011, the average labor income in RMRJ was 8.5% higher than at the national level, whereas between January and October 2012 this difference fell to 7.1%.

Looking at data from the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), of the Ministry of Labor, accumulated in 2012 (January-October), the number of net new formal jobs created in the state of Rio de Janeiro was 148,770. Among the sectors of economic activity that stood out positively, we can mention: the Services sector, with 77,139 admissions net, the Construction sector, with 41,262 admissions net, and still, the sector of trade, which reverted in September a situation of net layoffs (YTD), closing the cumulative January-September 2012 with 1,281 net admissions. In January to October this figure became even more expressive: 7,239 net admissions in this sector.

I.IV Inflation

The variation of IPCA-RJ in September and October was 0.74% and 0.47% respectively, which compare to variations of 0.57% and 0.59% for Brazil. These months of the year ended with a cumulative 5.46% in Rio de Janeiro, up from 5.38% in the same period in 2011, and also much higher than the 4.38% relative to Brazil. The change in 12 months to September was 6.65%, a rate lower than the 7.19% recorded in the same period of 2011, while the variation for the country in the last 12 months was 5.45%.

Table 3
Variation of IPCA

Period	RJ		YTD Through October		Last 12 months (October)	
	Sept	Oct	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0,74	0,47	5,46	4,38	6,65	5,45
Foods and Beverages	1,27	1,24	8,09	7,88	10,37	10,39
Housing	0,41	0,27	6,16	5,45	8,21	6,43
Household Articles	0,08	0,10	1,04	0,06	0,97	-0,73
Clothing	0,99	1,03	4,70	3,73	7,38	5,16
Transport	0,34	0,16	3,27	-0,94	3,57	-0,94
Health and Personal Care	0,73	0,82	6,16	5,19	6,48	6,09
Personal Expenses	1,71	-0,27	6,78	7,86	8,05	9,55
Education	-0,03	0,07	7,00	7,53	7,04	7,60
Communication	0,00	-0,25	-0,72	0,43	-0,50	0,90

Source: IPCA/IBGE.



In October, the items that most influenced the IPCA-RJ were food and beverages, with a variation of 1.24%, transportation, with 0.16%, and housing, 0.27%. The contributions associated with these variations representing 22.72%, 18.42% and 16.56%, respectively, of the total monthly variation. In the food and beverage item, the subgroup that most influenced was food at home which weighs 13.45%, and which was driven by increases in meats (+4.1%), bakery goods (+1.3%) and beverages and infusions (+2.3%). In transportation, the article which most influenced was "own vehicle" with increase of 0.4% and a weight of 6.78%. In housing, the item that showed the greatest variation was "rents" with a variation of 0.77% and a weight of 11.49% in the month.

Personal expenses and Communication were items that decreased 0.27% and 0.25% respectively in October. In item personal expenses, the item personal services declined by 0.84%. In communications, mobile phone fares fell by 0.88%.

I.V External Sector

RJ exports in October totaled \$ 1.6 billion, whereas imports totaled U.S. \$ 1.9 billion. With these results, we can see a trade deficit of RJS in the amount of \$ 292 million. While exports declined by 26% compared to October over last year, imports rose 3%, generating a reduction in trade state. The fall in total exports can be understood taking into account the reduction of oil exports, which reached only \$ 660 million in the period. Thus, there was emphasis on industrialized products that surpassed exports of basic products: \$ 875 million against \$ 668 million. Imports, in turn, were driven by the chemical industry, which accounted for \$ 446 million of the total.

I.VI Credit

The balance of loans held in the RJ real grew, deflated by the IPCA, from 10.2% in September over September 2011. This value is similar to the 10% variation observed in Brazil and represents a slowdown compared to July, when the growth rate of outstanding loans was 13.7%. The main source of the slowdown was credit to corporations, where the real growth rate fell from 10.7% in July to 6.9% in September. Credit for individuals was also slowing, but softer, so that in September the growth was still 18.3%.

Delinquency ratio on loans in RJ in September were 6.2% in the case of individuals, 1.1% in corporate and 2.7% in total. In all three cases, the values are lower than the national average.

Table 4
Outstanding Credit by the Financial System
R\$ million Sept/2012 and Var% from the same month last year

Mês	PF		PJ		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Jul/12	81.1	20.7	174.0	10.7	255.1	13.7
Ago/12	82.0	19.9	175.9	8.3	257.9	11.8
Sept/12	81.7	18.3	177.8	6.9	259.5	10.2



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁷

O resultado do PIB brasileiro no terceiro trimestre frustrou de forma generalizada as expectativas: o crescimento de 0,6% ante o trimestre anterior veio bem abaixo da variação esperada, de 1,2%, embora represente uma aceleração em relação à variação de 0,2% no segundo trimestre. Com este resultado, é provável que o crescimento em 2012 fique próximo de 1%, taxa bem inferior às projeções do início do ano, entre 3 e 3,5%, e da meta do governo, de 4,5%.

Desde a segunda metade de 2011, vêm sendo implementadas políticas de estímulo à demanda que, aparentemente e até o momento não se revelaram capazes de promover a retomada sustentada do crescimento. Dentre essas políticas, destaca-se a forte redução da taxa básica de juros pelo Banco Central, de 12,5% a.a. em julho do ano passado para 7,25% a.a. em outubro último, mesmo com a inflação acima da meta. Em termos reais, considerando o comportamento esperado da taxa básica e da inflação nos 12 meses seguintes, a queda foi ainda mais impressionante: de 6,9% a.a. para 1,7% a.a. Esse nível de taxa real de juros representa o mais baixo da história do país em um contexto de relativa estabilidade. Paralelamente, o governo também atuou de forma intensa na área do crédito, utilizando os bancos públicos para forçar a redução dos spreads bancários, que caíram de 34% a.a. para 26% a.a., em média, entre outubro do ano passado e outubro deste ano, não obstante a forte elevação da inadimplência no período. A expansão do crédito contou ainda com novas capitalizações do BNDES e com a ampliação das linhas de crédito mais fortemente subsidiadas do banco, num esforço para incentivar o investimento.

A política monetária expansionista foi acompanhada por uma mudança importante também na política cambial. De fato, desde meados de 2011, a imposição de restrições ao ingresso de recursos externos e atuações agressivas no mercado à vista e de derivativos contribuíram para promover uma acentuada desvalorização do real. No mesmo sentido atuou a desaceleração do crescimento mundial, e da China em particular, reduzindo em cerca de 8% os termos de troca da economia brasileira em outubro relativamente a igual mês de 2011. Como consequência, entre julho de 2011 e outubro último o real desvalorizou-se pouco mais de 30%, e desde então o governo vem mantendo a taxa de câmbio em um intervalo entre R\$ 2 e 2,10 por dólar norte-americano. Vale lembrar a ênfase atribuída ao câmbio valorizado para explicar o baixo crescimento (de 2,7%) em 2011, particularmente na indústria. Num contexto global deflacionário, o impacto dessa desvalorização sobre a inflação têm sido pequeno. Porém, mesmo com o fraco crescimento econômico deste ano, a inflação deverá ficar mais de um ponto percentual acima da meta de 4,5%, com a expectativa de que em 2013 esse patamar se mantenha, não obstante a redução esperada nas tarifas de energia elétrica e o controle sobre o preço dos combustíveis.

Por que a economia não tem reagido da maneira esperada aos estímulos de política? O baixo crescimento do terceiro trimestre pode ser atribuído em parte a um fenômeno atípico: a variação negativa (queda de 1,3% na variação dessazonalizada) dos serviços de intermediação financeira, que pesa 6,3% no PIB. Com

⁷ Esta análise utiliza dados disponíveis até 20 de dezembro



isso, os serviços tiveram variação nula – seu pior desempenho desde o último trimestre de 2008, quando a economia foi fortemente impactada pela crise internacional e o PIB declinou quase 4%. Contrastando com o fraco desempenho dos serviços, a indústria, cujo crescimento vinha se mostrando não apenas baixo, mas também bastante volátil, apresentou recuperação, crescendo 1,5% no segmento de manufaturas e 1,1% em seu conjunto.

Os dados já disponíveis para outubro parecem indicar modestos indícios de retomada: a produção industrial cresceu 0,9% no mês, com destaque para o segmento de duráveis, com expansão de 1,4%. As vendas do comércio varejista, em volume, mantiveram trajetória de crescimento, expandindo-se 0,8% no conceito restrito e 8% no ampliado na comparação dessazonalizada com o mês anterior. Em termos acumulados no ano até outubro, o comércio varejista exibe taxas de crescimento de 8,9% e 9,7%, respectivamente. O comportamento da demanda reflete as reduções de IPI para automóveis e outros bens, alternando picos e vales de acordo com as expectativas que cercam sua renovação a cada dois ou três meses. Vale notar também que esse comportamento positivo do consumo de bens tem lugar mesmo diante de indicadores de endividamento das famílias relativamente elevados: em setembro, seu nível alcançou 44% da renda acumulada nos 12 meses anteriores, e seu serviço comprometia 22% do orçamento familiar mensal. A taxa de inadimplência de pessoas físicas encontra-se estabilizada pouco abaixo de 8%, quase um ponto percentual acima do nível de um ano atrás.

A frustração quanto à retomada mais forte da economia pode ser quase inteiramente debitada ao comportamento do investimento, que recuou 2% no terceiro trimestre – a quinta queda consecutiva, acumulando redução de 5,8% desde o segundo trimestre de 2011. A queda da produção de bens de capital no acumulado do ano era de quase 12% em outubro, enquanto a produção de insumos para a construção civil crescia apenas 2,1%. Essa debilidade do investimento, ao mesmo tempo que sinaliza a necessidade de se enfrentar os problemas estruturais da economia brasileira, indica que a aceleração do crescimento esperada para os próximos trimestres pode ter fôlego limitado se apoiada apenas em medidas de estímulo ao consumo, seja das famílias ou do governo.

Dentre os fatores que podem estar travando o investimento encontra-se o cenário externo ainda carregado de incertezas, embora um pouco menos volátil que no primeiro semestre do ano. Na área do Euro avançasse lentamente no sentido de aprofundar a integração – por exemplo, por meio de medidas recentemente aprovadas no sentido de unificar os mecanismos de supervisão e controle do sistema bancário. Contudo, a perspectiva de retomada da atividade econômica permanece incerta, com a desaceleração atingindo recentemente até mesmo a Alemanha, que vinha se mantendo com taxas de crescimento positivas até o terceiro trimestre, mas deve registrar queda do PIB no quarto. Nos Estados Unidos, a atividade econômica dá sinais mais consistentes de recuperação: aumento da produção industrial, das vendas no varejo, da construção civil e queda da taxa de desemprego. O grande risco é o choque fiscal contracionista – o chamado “abismo fiscal” – engatilhado para o início de 2013, sob a forma de aumento de impostos e corte automático de gastos, caso fracassem as negociações políticas em torno de um ajuste fiscal de longo prazo. A notícia positiva para a economia brasileira vem da China: depois de um período de desaceleração do crescimento, em que a taxa de variação do PIB declinou de 9,3% em 2011 para



esperados 7,6% este ano, a expectativa é de aceleração em 2013 para mais de 8%. Isso representa uma perspectiva de estabilidade para os preços de commodities exportadas pelo Brasil no patamar relativamente elevado atingido em 2012, à exceção do minério de ferro, cujo preço declinou ao longo do ano, mas estabilizou-se nos últimos meses.

Em resumo, a atividade econômica no período setembro-outubro teve dois momentos distintos: acentuada queda de produção industrial e relativa estabilidade de vendas no comércio em setembro e aumento tanto da produção industrial quanto das vendas do comércio em outubro. No entanto, a retomada sustentada de taxas de crescimento mais elevadas ainda se ressente de uma perspectiva mais clara seja da política econômica, seja do cenário externo. Os dados preliminares de novembro indicam nova desaceleração em relação a outubro, repetindo o padrão de volatilidade dos meses anteriores, reforçando a necessidade de maior ênfase às questões estruturais que hoje reduzem a competitividade da produção doméstica e, por consequência, o incentivo ao investimento.

O comportamento do mercado de trabalho vem se constituindo num fator de sustentação do consumo, na medida em que reflete com defasagem relativamente longa a desaceleração da atividade econômica. A taxa média de desemprego em setembro-outubro foi de 5,5% em termos dessazonalizados, média que se mantém praticamente a mesma desde o início do ano. De acordo com a PME, o nível de ocupação nas seis regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa em outubro era 3% superior ao de um ano antes, enquanto a população economicamente ativa crescia apenas 1,4%. Os rendimentos médios reais do trabalho refletem esse quadro de aquecimento, e aumentaram 4,6% em outubro ante igual mês de 2011. Como decorrência da expansão da ocupação e dos rendimentos médios reais, a massa de rendimentos do trabalho expandiu-se 7,8% em outubro e 6,2% no acumulado do ano.

A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil, no período acumulado de janeiro a outubro de 2012, apresentou um aumento nominal de 1,4% e real (IPCA) de 0,18% em relação ao mesmo período de 2011. A partir de junho de 2012, a arrecadação federal mensal tem apresentado consecutivos decréscimos reais em relação aos mesmos meses de 2011. As quedas reais de setembro e outubro foram de 1,34% e 3,87%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se a redução da lucratividade das empresas, o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação e as desonerações tributárias. As principais quedas reais no acumulado janeiro-outubro foram registradas nos seguintes tributos: IPI sobre automóveis (-45,19%)⁸, IPI-Outros (-11,04%)⁹, IOF (-7,03%)¹⁰ e Outras receitas administradas pela RFB (-42,79%)¹¹. A arrecadação de outubro/2012 cresceu 10,8% em relação a setembro, em termos reais, variação principalmente pelo pagamento da 1ª cota ou

⁸ Alteração da tabela de incidência do IPI- Automóveis para fatos geradores a partir de maio de 2012.

⁹ Devido à redução de 3,24% na produção industrial no período acumulado de dezembro/11 a setembro/12, em relação a dezembro/10 a setembro/11 (Pesquisa Industrial Mensal Produção Física/IBGE) e à desoneração de produtos da linha branca e do setor de móveis.

¹⁰ Devido à redução no volume de entrada de moeda relativamente às operações tributadas pelo IOF, ao crescimento de 18,75% no volume de operações de crédito e à tributação de contrato de derivativos financeiros.

¹¹ Explicado pelo recolhimento, em junho/11, de 6,7 bilhões, em decorrência da consolidação/antecipação de parcelas de débitos do parcelamento especial previsto na Lei 11.941/2009.



cota única do IRPJ e da CSSL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro/12 e ao pagamento, em setembro de 2012, da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2011¹².

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em outubro avançou (+3,0%) em relação a setembro de 2012. Já quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve queda (-2,2%). Em nível Brasil, o movimento mostra-se crescente em ambas as comparações, onde a produção industrial apresentou crescimento de 0,9% em relação a setembro, e de 2,3% em relação a outubro de 2011. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a outubro, a indústria fluminense registra resultado negativo de 6,2%, ante variação de -2,9% quando comparado a Brasil. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 5,6%, contra 2,7% em nível Brasil.

Em termos dos principais agregados, a indústria extractiva e de transformação fluminense em outubro apresentaram crescimento de 0,17% e queda de 2,6%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação apresentaram crescimento de 3,9% e de 2,2%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2011.

A análise das treze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que o quadro de arrefecimento é generalizado: sete desses setores estão em patamar produtivo menor que em outubro de 2011. As quedas mais expressivas foram registradas pelos segmentos de veículos automotores (-21,7%) e de refino de petróleo e produção de álcool (-13,6%), pressionados, em grande parte, pela queda na produção de caminhões e óleo diesel, respectivamente. Cabe ressaltar ainda as quedas de metalurgia básica (-5,7%) e de minerais não metálicos (-8,7%), influenciados, principalmente, pela queda da produção de vergalhões de aço ao carbono e granito talhado. Por outro lado, a indústria farmacêutica exerceu a contribuição positiva mais significativa (+38,2%) sobre o total da produção industrial fluminense, refletindo não só a maior fabricação de medicamentos, mas também a baixa base de comparação, uma vez que em outubro de 2011 o setor recuou (-20,2%).

De janeiro a outubro de 2012, comparado ao mesmo período de 2011, as maiores quedas ocorreram em veículos automotores (-35,8%), alimentos (-11,2%), metalurgia básica (-5,2%), minerais não metálicos (-12,5%) e bebidas (-8,2%). Apenas a atividade de produção “outros produtos químicos” apresentou variação positiva significativa (7,1%), influenciada, em grande parte, pela maior produção de herbicidas para uso na agricultura e polipropileno.

Apesar dos resultados negativos, o índice de média móvel trimestral para indústria geral do ERJ mostrou expansão de 0,4% na passagem dos trimestres encerrados em setembro e outubro, e manteve a trajetória ascendente iniciada em junho último de 2012, interrompendo seis trimestres consecutivos de taxas negativas, período em que acumulou perda de 8,6%. Fazendo a mesma comparação em relação às 14

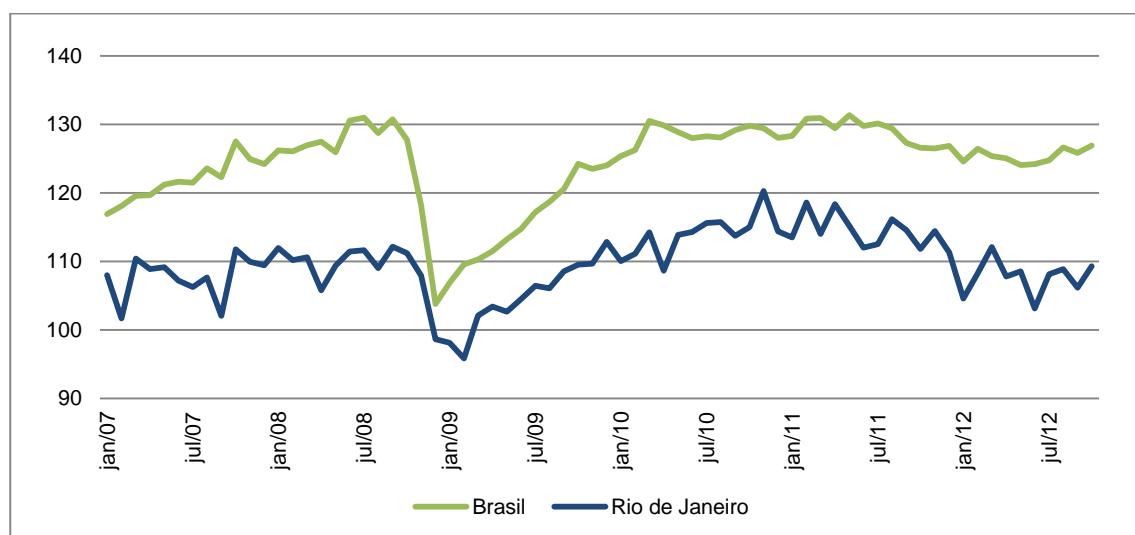
¹² Dados da RFB.



atividades, observa-se que nove delas apresentaram uma pequena variação negativa em relação aos trimestres encerrados. Enquanto os setores que mais se destacaram foram as indústrias de alimentos e bebidas que tiveram um crescimento de 3,1% e 3,0% respectivamente.

Gráfico 1

Indústria Geral - Brasil e Rio de Janeiro - com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



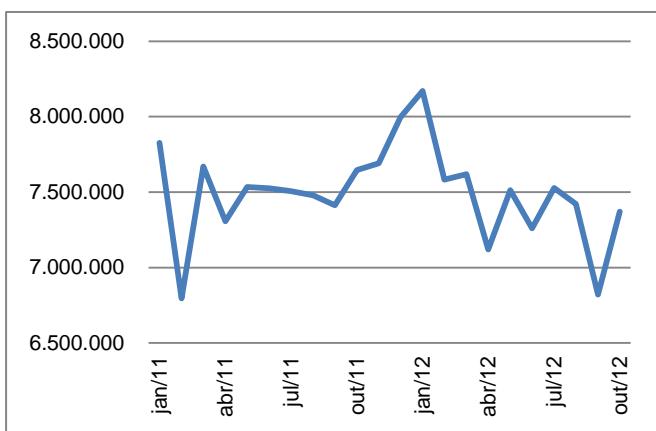
Fonte: PIM/IBGE

Petróleo. A produção de petróleo no RJ apresentou forte queda em setembro – nível de produção mais baixo desde fevereiro de 2011 – seguido de leve a recuperação em outubro. No comparativo com o mesmo bimestre de 2011, a queda de produção foi de 5,8%. O ano registra uma queda acumulada de 0,4%, e a expectativa é que o fechamento do exercício seja inferior ao registrado em 2011, ano em que os meses de novembro e dezembro apresentaram produção bastante elevada. O preço do barril de petróleo do tipo Brent vem apresentando preço declinante desde julho e seu comportamento caminha para um fechamento ligeiramente abaixo de US\$ 110 em 2012.

Tabela 1
Dados gerais sobre a produção de petróleo

Discriminação	2011	2012	Variação
Produção Óleo (m³) - setembro/outubro	15.060.185	14.190.639	-5,8%
Produção Óleo (m³) - acumulada no ano (outubro)	74.705.915	74.405.270	-0,4%
Brent médio (US\$) - setembro/outubro	111	112	-1,0%

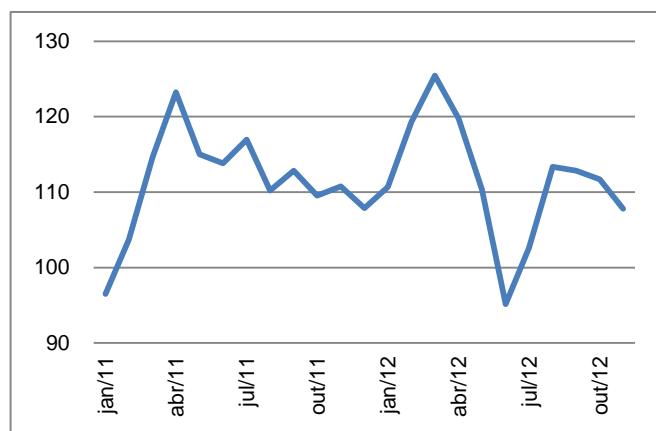
Fonte: ANP e EIA

**Gráfico 2**Produção de petróleo - m³

Fonte: ANP.

Gráfico 3

Preço médio do petróleo - Brent



Fonte: ANP.

Comércio. O volume de vendas no comércio varejista no Rio de Janeiro no bimestre setembro/outubro recuou 0,3% em relação ao bimestre anterior na série com ajuste para sazonalidade. Em nível nacional, houve crescimento de 0,8%. Ao comparar com igual bimestre de 2011, essas variações foram de +4,2% e +8,8%, respectivamente. Analisando o volume de vendas do comércio ampliado, as variações em relação ao bimestre setembro/outubro de 2011 foram de +5,5% para o Rio de Janeiro e de +8,3% para o Brasil.

No estado fluminense, observa-se que o comportamento das vendas de combustíveis e lubrificantes; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e material de construção apresentaram variações superiores às do Brasil, ao comparar com igual bimestre do ano anterior.

No Brasil, os segmentos de hipermercados e supermercados; e móveis e eletrodomésticos apresentaram considerável crescimento em relação ao mesmo bimestre de 2011. Inversamente, no estado do Rio, estes segmentos não registraram aumento expressivo. A única atividade em que não houve crescimento em relação ao mesmo bimestre de 2011 foi “livros, jornais, revistas e papelaria”, que recuou 2,2%.

A Tabela 2 apresenta os dados das diversas atividades do comércio para o Rio de Janeiro e para o Brasil, segundo variações interanuais do bimestre setembro/outubro e o acumulado no ano.

Tabela 2
Volume de vendas do comércio varejista - variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	BR		RJ	
	Set-Out	Jan-Out	Set-Out	Jan-Out
Combustíveis e lubrificantes	11,4	6,9	23,8	14,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,2	8,7	1,2	0,8
Tecidos, vestuário e calçados	4,9	3,1	3,8	3,8
Móveis e eletrodomésticos	9,7	13,1	0,0	8,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,5	11,1	7,2	8,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,8	4,9	-2,2	3,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	7,7	13,8	22,9	13,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,7	8,4	9,6	3,1
Comércio varejista	8,8	8,9	4,2	4,1



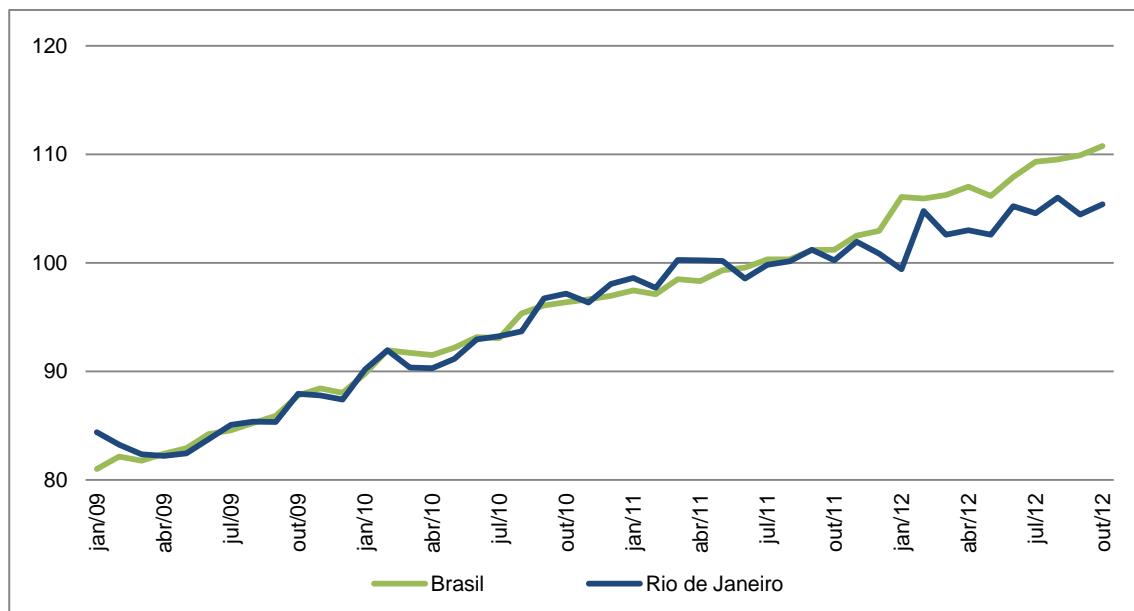
Veículos, motocicletas, partes e peças	6,8	7,7	3,5	1,9
Material de construção	7,2	8,4	19,3	10,8
Comércio varejista ampliado	8,3	8,5	5,5	4,5

Fonte: PMC/IBGE.

O gráfico 4 abaixo mostra que a partir do segundo semestre de 2011 ocorre um descolamento do volume de vendas do comércio varejista entre Rio de Janeiro e Brasil. Este fato decorre principalmente do comportamento diferenciado apresentado pelo segmento “Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo”.

Gráfico 4

Volume de vendas do comércio varejista – índice de base fixa com ajuste sazonal (2011=100)



Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), de acordo com a PME/IBGE, apresentou expansão (+2,3%) nos dez primeiros meses de 2012 em comparação com o mesmo período do ano anterior. O mesmo aconteceu em nível nacional, porém em intensidade menor (+1,4%) para o mesmo período. Considerando as pessoas ocupadas na semana de referência, a mesma situação: tanto a RMRJ quanto o resto do País apresentaram crescimento, com os empregos na RMRJ crescendo em montante superior (+2,3% e +2,0%, respectivamente) no acumulado em 2012 até outubro.

Comparando-se apenas o quinto bimestre de 2012 e o de 2011, a taxa de desocupação apresenta queda significativa na RMRJ, de 5,8% (2011) para 4,6% (2012).

Com relação ao processo de formalização no mercado de trabalho, os empregos com carteira assinada continuam apresentando crescimento (+2,7%), comparando-se os meses entre janeiro e outubro de 2012



e os de 2011; a variação acelerou no último bimestre, pois o acumulado até agosto era de apenas 1,8%. Já o número de pessoas empregadas sem carteira assinada apresentou um pequeno aumento (+0,6%) considerando o mesmo período.

Avaliando por setor de atividade econômica na RMRJ, os que apresentaram crescimento acima da média (+2,4%) foram: 'Outros Serviços' (+4,3%); 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (+3,7%); 'Construção' (+3,1%); e 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+2,5%).

Já o rendimento médio real na RMRJ apresentou aumento (+2,2%) entre janeiro e outubro de 2012 com relação ao mesmo período de 2011. No entanto, o crescimento médio real em nível nacional foi maior na comparação no mesmo período (+3,5%). Isto é evidenciado quando comparamos os rendimentos em nível regional e nacional: entre janeiro e outubro de 2011, o rendimento médio na RMRJ era 8,5% superior ao nacional. Entre janeiro a outubro de 2012, esta diferença caiu para 7,1%.

Observando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no acumulado de 2012 (janeiro-outubro), o número de novos postos de trabalho líquidos totais no Estado do Rio de Janeiro (com carteira assinada) foi de 148.770. Dentre os setores de atividade econômica que se destacaram positivamente, podemos citar: o setor de Serviços, com 77.139 admissões líquidas; o setor de Construção Civil, com 41.262 admissões líquidas; e ainda, o setor de Comércio, que reverteu o quadro de desligamentos líquidos (acumulados no ano) em setembro, fechando o acumulado janeiro-setembro de 2012 com 1.281 admissões líquidas. Considerando janeiro-outubro, este número tornou-se mais expressivo: 7.239 admissões líquidas nesse setor.

I.IV Inflação

A variação do IPCA-RJ em setembro e outubro foi de 0,74% e 0,47%, respectivamente, que se comparam a variações de 0,57% e 0,59% para Brasil. O quinto bimestre do ano encerrou com um acumulado de 5,46% no Rio de Janeiro, acima dos 5,38% relativos ao quinto bimestre de 2011, e também muito superior aos 4,38% relativos ao Brasil. A variação em 12 meses até setembro foi de 6,65%, índice inferior aos 7,19% registrado no mesmo período de 2011, enquanto para o país a variação nos últimos 12 meses foi de 5,45%.

Tabela 3
Variação do IPCA

Período	RJ		Acumulado no ano até outubro		Acumulado em 12 meses	
	Set	Out	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,74	0,47	5,46	4,38	6,65	5,45
Alimentação e bebidas	1,27	1,24	8,09	7,88	10,37	10,39
Habitação	0,41	0,27	6,16	5,45	8,21	6,43
Artigos de Residência	0,08	0,10	1,04	0,06	0,97	-0,73
Vestuário	0,99	1,03	4,70	3,73	7,38	5,16



Transportes	0,34	0,16	3,27	-0,94	3,57	-0,94
Saúde e Cuidados Pessoais	0,73	0,82	6,16	5,19	6,48	6,09
Despesas Pessoais	1,71	-0,27	6,78	7,86	8,05	9,55
Educação	-0,03	0,07	7,00	7,53	7,04	7,60
Comunicação	0,00	-0,25	-0,72	0,43	-0,50	0,90

Fonte: IPCA/IBGE.

Em outubro, os itens que mais pressionaram o IPCA-RJ foram alimentação e bebidas, com variação de 1,24%, transportes, 0,16%, e habitação, 0,27%. As contribuições associadas a essas variações representaram 22,72%, 18,42% e 16,56%, respectivamente, da variação do índice mensal. No item alimentação e bebidas, o artigo que mais pressionou foi alimentação no domicílio, que teve uma contribuição de 13,45%, impulsionado pelo aumento das carnes (+4,1%), panificados (+1,3%) e bebidas e infusões (+2,3%). No item transportes, o artigo que mais pressionou foi veículo próprio, com alta de 0,4% e contribuição de 6,78%. Em habitação, o artigo que apresentou a maior variação foi aluguel e taxas com uma variação de 0,77% e uma contribuição de 11,49% no mês.

Despesas Pessoais e Comunicação foram os itens que apresentaram queda, de 0,27% e 0,25% respectivamente, em outubro. No item despesas pessoais o artigo serviços pessoais apresentou uma queda de 0,84%. Em comunicação, a telefonia celular apresentou queda de 0,88%.

I.V Setor Externo

As exportações no RJ em outubro totalizaram US\$ 1,6 bilhão; já as importações totalizaram R\$ 1,9 bilhão. Com esses resultados, observa-se um déficit na balança comercial do estado do Rio no montante de US\$ 292 milhões. Enquanto as exportações recuaram 26% em relação a outubro do ano passado, as importações avançaram 3%, gerando redução no comércio estadual. A queda no total exportado pode ser compreendida levando-se em conta a redução das exportações do petróleo, que responderam por apenas US\$ 660 milhões no período. Desta forma, houve destaque para os produtos industrializados que superaram as exportações de produtos básicos: US\$ 875 milhões contra US\$ 668 milhões. A importação, por sua vez, foi impulsionada pela indústria química, que foi responsável por US\$ 446 milhões do total importado.

I.VI Crédito

O saldo das operações de crédito realizadas no RJ apresentou crescimento real, deflacionado pelo IPCA, de 10,2% em setembro na comparação com setembro de 2011. Esse valor é semelhante à variação de 10% observada no Brasil, e representa uma desaceleração em relação a julho, quando a taxa de crescimento do saldo de operações de crédito era de 13,7%. A principal fonte da desaceleração foi o crédito às pessoas jurídicas, onde a taxa real de crescimento caiu de 10,7% em julho para 6,9% em setembro. Nas pessoas físicas também houve desaceleração, porém mais suave, de modo que em setembro o crescimento ainda era de 18,3%.



A inadimplência nas operações de crédito no RJ em setembro era de 6,2% no caso das pessoas físicas, de 1,1% nas pessoas jurídicas e de 2,7% no total. Nos três casos, os valores são inferiores à média nacional.

Tabela 4
Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro
R\$ milhões de Set/2012 e Var % ante igual mês ano anterior

Mês	PF		PJ		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Jul/12	81,1	20,7	174,0	10,7	255,1	13,7
Ago/12	82,0	19,9	175,9	8,3	257,9	11,8
Set/12	81,7	18,3	177,8	6,9	259,5	10,2



II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais¹³ de arrecadação para 2012 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 477/2012, publicada no mês de Janeiro.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 8.982,70 milhões / 99,5%¹⁴

Acumulado: R\$ 49.202,93 milhões / 99,9%

Tabela 5 - Metas de Receita (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET-OUT) 2012	RECEITA REALIZADA (SET-OUT) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-OUT) 2012	RECEITA REALIZADA (JAN-OUT) 2012	R\$ milhões
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES*	8.094,58	8.786,83	108,6%	44.693,46	46.993,06	105,1%
REC. CAPITAL*	930,44	195,87	21,1%	4.557,18	2.209,86	48,5%
TOTAL	9.025,02	8.982,70	99,5%	49.250,64	49.202,93	99,9%

Conforme apresentado acima, a receita total realizada nos meses de setembro e outubro ficou próxima à meta traçada para o período (R\$ 42,32 milhões abaixo), contribuindo para o desempenho inferior ao previsto no acumulado para o ano (- R\$ 47,71 milhões).

O resultado positivo no 5º bimestre deve-se às Receitas Correntes, que superaram as metas previstas em R\$ 692,25 milhões. No entanto, não foram suficientes para compensar as Receitas de Capital que ficaram R\$ 734,56 milhões abaixo do planejado.

Este desempenho refletiu no acumulado do ano para ambas receitas. As primeiras 105,1% (+R\$2.299,61 milhões) e a segunda 48,5% (- R\$2.347,32 milhões) do estabelecido.

¹³ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

¹⁴ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparada à meta.



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 8.786,83 milhões / 108,6%

Acumulado: R\$ 46.993,06 milhões / 105,1%

Tabela 6 - Metas de Receitas Correntes (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET-OUT) 2012	RECEITA REALIZADA (SET-OUT) 2012	% REALIZADA SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-OUT) 2012	R\$ milhões	
					RECEITA REALIZADA (JAN-OUT) 2012	% REALIZADA SOBRE A META ACUMULADA
TRIBUTÁRIA	5.628,27	5.693,33	101,2%	29.164,42	29.118,67	99,8%
CONTRIBUIÇÕES	229,70	171,58	74,7%	1.009,87	912,56	90,4%
PATRIMONIAIS	500,83	731,41	146,0%	6.367,87	7.737,38	121,5%
AGROP/IND/SERV	72,87	85,78	117,7%	305,19	327,65	107,4%
TRANSFERÊNCIAS	922,93	929,62	100,7%	4.831,33	4.666,54	96,6%
OUTRAS	319,79	816,59	255,4%	1.236,99	2.380,97	192,5%
INTRAORÇAMENTÁRIA	420,20	358,51	85,3%	1.777,78	1.849,29	104,0%

As Receitas Correntes que mais se destacaram, tanto na análise bimestral como no acumulado, foram as Patrimoniais e as Outras Receitas Correntes. As primeiras superaram a meta do bimestre em 46,0%, o seja, R\$ 230,58 milhões acima do esperado graças ao bom desempenho das receitas de *Royalties* e *Participação Especial*. No acumulado, o previsto foi ultrapassado em 21,5%, R\$ 1.369,51 milhões a mais para o erário.

As Outras Receitas Correntes tiveram aumento expressivo tanto no bimestre (255,4% da meta prevista, ou seja, superou em R\$ 496,80 milhões), quanto no acumulado (192,5%; crescimento de R\$ 1.143,98 milhões), como consequência direta do desempenho da arrecadação das receitas de Multas e Juros e da Dívida Ativa com o programa REFIS.

Na mesma vertente, as Receitas Tributárias, importante fonte de recurso para o Estado, apresentaram um bom desempenho: no bimestre, uma ligeira superação frente ao previsto (101,2% da meta traçada); no anual, execução conforme o planejado inicialmente (99,8%).

O desempenho das Receitas Correntes será apresentado com maiores detalhes mais a diante na Seção IV.1.



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 195,87 milhões / 21,1%
 Acumulado: R\$ 2.209,86 milhões / 48,5%

Tabela 7 – Metas de Receitas de Capital (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	META DE RECEITA (SET-OUT) 2012	RECEITA REALIZADA (SET-OUT) 2012	% REALIZADA SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-OUT) 2012	RECEITA REALIZADA (JAN-OUT) 2012	% REALIZADA SOBRE A META ACUMULADA
OPER. CRÉDITO	364,18	57,33	15,7%	1532,88	1471,06	96,0%
ALIEN. BENS	322,69	2,03	0,6%	1846,11	19,45	1,1%
AMORT. EM PRÉST.	52,92	40,13	75,8%	216,42	180,77	83,5%
TRANSF. CAP.	169,82	39,51	23,3%	908,90	360,16	39,6%
OUTRAS	0,00	0,13	-	0,00	0,19	-
INTRAORÇAMENTÁRIA	20,83	56,75	272,5%	52,87	178,22	337,1%

No bimestre, a receita de Operações de Crédito ficou bem abaixo da meta estimada (15,7%), representando uma redução de R\$ 306,85 milhões ao previsto. As Alienações de Bens apresentaram uma realização de 0,6% do previsto no bimestre e 1,1% no acumulado do ano. Por questões operacionais, não houve a execução do montante inicialmente previsto. Para maiores detalhes ver seção IV.2.

É importante esclarecer que a baixa execução nas Transferências de Capital tanto no bimestre (apenas 23,3% da meta) quanto no acumulado do ano (39,6% ou seja, inferior R\$ 548,74 milhões) deve-se à redução no repasse de recursos federais do PAC. Para maiores detalhes ver seção IV.2.

As metas estabelecidas no Cronograma de Desembolso Financeiro, anexo à Resolução SEFAZ nº 478, de 27 de Janeiro de 2012, estimou que as despesas pagas alcançariam até outubro, inclusive, R\$ 45,55 bilhões.

Apurados os registros contábeis a despesa paga atingiu R\$49,50 bilhões (+8,7% = R\$ 3,95), aí incluídos os Restos a Pagar de 2011. Tabela 8.

Diferentemente do bimestre anterior as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais superaram a meta em 15,9%. A média de crescimento por função de governo foi de 33% em relação ao

Tabela 8
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-OUT DE 2012

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2012**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-OUT***	RP 2011 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-OUT	Em R\$ milhões % REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	11.333	12.710	427	13.137	115,9%
OUTRAS					
DESPESAS CORRENTES	27.528	27.945	955	28.900	105,0%
INVESTIMENTOS / INVERSÕES	3.050	2.799	670	3.469	113,7%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	3.640	3.996		3.996	109,8%
TOTAL	45.551	47.450	2.052	49.502	108,7%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Fonte: SIG/SIAFEM

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2011.



bimestre anterior, com exceção da função Administração que cresceu 87%. Percentual este registrado basicamente em EGESEFAZ, por conta da contabilização do pagamento de precatórios judiciais (E.C 162/2009) e na SEFAZ, que registra o pagamento da Prestação Pecuniária Eventual-PPE, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 134, de 29 de dezembro de 2009, além do impacto financeiro decorrente da admissão de servidores concursados para carreiras típicas dessa Secretaria.

As Outras Despesas Correntes representam 58,4% (R\$ 28,90 bilhões) das despesas pagas no período, com pequeno acréscimo de 5% em relação ao bimestre anterior. O valor pago inclui despesas não discricionárias de R\$19,59 bilhões, aí incluídas as vinculações constitucionais e o pagamento de inativos que requereu R\$6,31 bilhões.

O pagamento das despesas de Capital atingiu R\$ 3,46 bilhões aí incluídos R\$ 670 milhões de RP/2011. Em relação ao bimestre anterior o incremento foi de 45% refletindo a expansão dos investimentos no exercício, basicamente na realização obras e melhorias no sistema de transportes.

Embora a meta realizada com os pagamentos do Serviço da Dívida seja superior à estipulada inicialmente, o valor pago tem como parâmetros pelas condições contratuais e o percentual de pagamento calculado com base na receita líquida real registrada no período.



III. Resultados Fiscais¹⁵

Bimestre: - R\$ 1.775,76 milhões / Diferença: - R\$ 934,42 milhões¹⁶
 Acumulado: - R\$ 422,64 milhões / Diferença: - R\$ 1.760,09 milhões

Tabela 9 - Resultado Orçamentário (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %	R\$ milhões
	2011	2012		2011	2012		
I. RECEITA TOTAL (A)	8.583,68	8.982,70	4,6%	45.602,03	49.202,93	7,9%	
I.1 RECEITA CORRENTE	7.394,86	8.428,32	14,0%	42.093,99	45.143,77	7,2%	
I.2 RECEITA DE CAPITAL	810,97	139,12	-82,8%	1.999,98	2.031,64	1,6%	
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	377,86	415,26	9,9%	1.508,07	2.027,51	34,4%	
II. DESPESA TOTAL (B)	9.425,02	10.758,47	14,1%	44.264,58	49.625,56	12,1%	
II.1 DESPESA CORRENTE	7.964,91	8.873,47	11,4%	38.235,19	42.625,29	11,5%	
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.055,29	1.427,14	35,2%	4.312,47	4.982,72	15,5%	
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	404,83	457,86	13,1%	1.716,92	2.017,55	17,5%	
RES. ORÇAM. (A-B)	-841,34	-1.775,76	111,1%	1.337,46	-422,64	-131,6%	

O bom desempenho da atividade arrecadatória do Estado, tanto no bimestre (aumento de 4,6%) como no acumulado anual (aumento de 7,9%), comparativamente a 2011, não foi suficiente para assegurar um resultado orçamentário positivo.

O aumento da Despesa Total em 14,1%, nos meses de setembro e outubro, foi determinante para a consolidação de um Resultado Orçamentário deficitário (-R\$ 1.775,76 milhões). Tal crescimento também contribuiu para uma variação positiva no acumulado (+12,1%), ocasionando a geração de saldo negativo no ano (-R\$ 422,64 milhões).

O fator que mais influenciou esse crescimento foi o comportamento da Despesa Corrente no item Pessoal e Encargos Sociais com variações de 17,9% no bimestre e 16,1% no ano (efeito das políticas de concessão de reajustes salariais para diversas categorias, conforme já mencionado em edições anteriores do Boletim). As

O Resultado Orçamentário até outubro foi negativo (-R\$ 422,64 milhões), devido ao aumento das Despesas Correntes do Estado em 2012 em 12,1%.

¹⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

¹⁶ As informações representam: o Resultado no período; e a diferença absoluta comparada ao mesmo período do ano anterior.



Despesas de Capital cresceram influenciadas pelo crescimento dos investimentos em obras e instalações (+38,7%). Destaque também para o aumento dos valores de amortização da dívida em 36,8%.

As Despesas são pormenorizadamente analisadas na Seção V do Boletim.

Contudo, vale destaque o aumento da capacidade arrecadatória do Estado: em valores nominais, a receita corrente apresentou variação positiva de 14,0% no bimestre (+R\$ 1.033,47 milhões) e 7,2% no acumulado (+R\$ 3.049,79 milhões),

As Receitas de Capital, no período, apresentaram um baixo fluxo de execução (-82,8%), em relação a 2011, entretanto no acumulado identificamos um desempenho positivo (+1,6%).

As Receitas são analisadas discriminadamente na Seção IV deste Boletim.

Houve aumento dos valores de gastos com Pessoal e Encargos Sociais atingindo o montante de R\$ 4.538,48 milhões no bimestre (+17,9%) e R\$ 21.089,52 milhões no ano (+16,1%).



III.I Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 996,22 milhões / Diferença: - R\$ 843,13 milhões¹⁷
 Acumulado: R\$ 476,28 milhões / Diferença: - R\$ 762,01 milhões

Tabela 10 - Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDENCIA (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	I. Receita Total s/ RIOPREVIDÊNCIA	7.583,72	7.946,31	4,8%	37.669,66	41.416,28
II. Despesa Total s/ RIOPREVIDÊNCIA	7.736,81	8.942,53	15,6%	36.431,37	40.940,00	12,4%
Resultado Orç. s/ RIOPREVIDENCIA	-153,09	-996,22	550,8%	1.238,29	476,28	-61,5%
I. Receita do RIOPREVIDÊNCIA	999,96	1.036,39	3,6%	7.932,37	7.786,64	-1,8%
I. Despesa do RIOPREVIDÊNCIA	1.688,22	1.815,94	7,6%	7.833,21	8.685,56	10,9%
Resultado Orç. do RIOPREVIDENCIA	-688,26	-779,54	13,3%	99,16	-898,92	-1006,5%
RES. ORÇAMENTÁRIO C/ RIOPREVIDÊNCIA	-841,34	-1.775,76	111,1%	1.337,46	-422,64	-131,6%

A exclusão dos saldos do fundo de previdência do resultado orçamentário do Estado tem o intuito de expurgar o efeito do problema de fluxo de caixa que o fundo possui no início do ano. Isto ocorre porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – não é repassada integralmente ao fundo no início do ano, visto que, por conta da legislação, é usada para pagamento de indenização à União.

O RIOPREVIDÊNCIA apresentou um resultado orçamentário com saldo negativo no bimestre: -R\$ 779,54 milhões, valor este 13,3% maior do que o apurado no mesmo período de 2011, contribuindo para o aumento do déficit acumulado do exercício (-R\$ 898,92 milhões).

Este resultado é reflexo do crescimento das despesas (+10,9%) e da redução das receitas (-1,8%) no ano. No primeiro caso, grande parte decorre de aumentos salariais de determinadas categorias que possuem grande contingente de servidores aposentados com paridade salarial em relação aos servidores ativos. O segundo está

¹⁷ As informações representam: o Resultado no período; e a diferença absoluta comparada ao mesmo período do ano anterior.



relacionado à alienação de ativos do Fundo no ano passado que não se repetiu em 2012, além da antecipação das receitas de CFT que ingressaram em 2011 (seção IV.I.2).

Contudo, é imprescindível salientar que tal situação vai ser ajustada no próximo bimestre com a capitalização de recursos da PE (Royalties) no RIOPREVIDÊNCIA.

III.II Resultado Primário¹⁸

Bimestre: - R\$ 1.022,40 milhões / Diferença: - R\$ 173,46 milhões

Acumulado: R\$ 1.441,78 milhões / Diferença: - R\$ 1.853,22 milhões

Tabela 11 - Resultado Primário (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %	R\$ milhões
	2011	2012		2011	2012		
	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	7.405,18	8.385,76	13,2%	42.331,90	45.032,60	6,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	8.254,12	9.408,16	14,0%	39.036,90	43.590,83	11,7%	
RESULTADO PRIMÁRIO	-848,93	-1.022,40	20,4%	3.295,00	1.441,78	-56,2%	

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro apresentou, no 5º bimestre, um crescimento das receitas primárias (+13,2%, R\$980,58 milhões) em menor dimensão que as despesas primárias (+14,0%, R\$1.154,04 milhões), ocasionando um saldo negativo (-R\$ 1.022,40 milhões), valor este ligeiramente pior ao apurado em 2011 (20,4%).

Diferentemente, na análise anual, mesmo com crescimento das receitas primárias (R\$ 2.700,70), verifica-se uma redução do superávit em R\$ 1.853,22 (-56,2%) em relação a 2011 devido ao considerável aumento ocorrido nas despesas primárias (R\$ 4.553,92), que será melhor detalhada na Seção V do Boletim.

- Resultado Primário incluindo Receitas e Despesas

Intraorçamentárias

¹⁸ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



Bimestre: - R\$ 232,72 milhões / Diferença: - R\$ 111,59 milhões
Acumulado: R\$ 2.618,59 milhões / Diferença: - R\$ 848,52 milhões

Tabela 12 - Resultado Orçamentário com Receitas e Despesas Intraorçamentárias (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV.	6.849,61	7.817,37	14,1%	36.387,73	39.541,40	8,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV.	6.970,73	8.050,09	15,5%	32.920,62	36.922,81	12,2%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.	-121,12	-232,72	92,1%	3.467,11	2.618,59	-24,5%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-754,78	-832,29	10,3%	-380,96	-1.166,85	206,3%

Por fim, acima é apresentado o Resultado Primário sem o RIOPREVIDÊNCIA, incluindo, porém, as receitas e despesas intraorçamentárias. Por esta metodologia o Resultado Primário no bimestre apresenta-se deficitário (R\$232,72 milhões), enquanto que o acumulado superavitário (R\$ 2.618,59 milhões).

IV. Receita Estadual¹⁹**Bimestre: R\$ 8.982,70 milhões / + 4,6%²⁰****Acumulado: R\$ 49.202,93 milhões / + 7,9%****Tabela 13 - Receita Estadual (em R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
REC. CORR.	7.394,86	8.428,32	14,0%	42.093,99	45.143,77	7,2%
REC. CAPITAL	810,97	139,12	-82,8%	1.999,98	2.031,64	1,6%
REC. INTRAORÇ.	377,86	415,26	9,9%	1.508,07	2.027,51	34,4%
Total	8.583,68	8.982,70	4,6%	45.602,03	49.202,93	7,9%

No bimestre o resultado foi positivo dado os bons desempenhos da Receita Corrente (+ R\$ 1.033,46 milhões). A queda da receita de capital no bimestre ocorreu devido ao atraso no fluxo das receitas com operações de crédito (- R\$ 592,97 milhões), conforme apresentado na Seção IV.II

O resultado das Receitas Correntes é reflexo, principalmente, dos incrementos das Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes, que serão pormenorizadas a seguir na Seção IV.I.

No acumulado de 2012, as Receitas Correntes cresceram R\$ 3.049,79 milhões comparado ao mesmo período do ano passado.

No acumulado de 2012, as Receitas Correntes cresceram R\$ 3.049,79 milhões comparado ao mesmo período do ano passado.

¹⁹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

²⁰ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$8.428,32 milhões / + 14,0%
Acumulado: R\$45.143,77 milhões / + 7,2%

Tabela 14 - Receitas Correntes por Origens (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
TRIBUTÁRIA	5.218,73	5.693,33	9,1%	26.939,56	29.118,67	8,1%
CONTRIBUIÇÕES	188,78	171,58	-9,1%	901,21	912,56	1,3%
PATRIMONIAL	702,21	731,41	4,2%	8.164,62	7.737,38	-5,2%
AGROPECUÁRIA	0,03	-0,03	-221,7%	0,12	0,12	2,8%
INDUSTRIAL	0,03	16,28	54618,5%	0,20	16,42	8276,2%
DE SERVIÇOS	59,50	69,53	16,8%	268,64	311,12	15,8%
TRANSF. CORR.	867,13	929,62	7,2%	4.605,43	4.666,54	1,3%
OUTRAS CORR.	358,44	816,59	127,8%	1.214,21	2.380,97	96,1%
Total	7.394,86	8.428,32	14,0%	42.093,99	45.143,77	7,2%

Os principais destaques, como dito acima, foram as Receitas Tributária e Outras Correntes. A Tributária obteve um crescimento de 9,1% no bimestre e de 8,1% no acumulado, o que representaram R\$ 474,60 milhões e R\$ 2.179,11 milhões respectivamente.

No bimestre o destaque foi o aumento de 127,8% das Outras Receitas Correntes (+ R\$ 458,15 milhões). No acumulado as Receitas Patrimoniais obtiveram uma queda devido a redução da CFT. A análise das receitas correntes será detalhada nas seções á seguir



IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$5.693,33 milhões / + 9,1%
 Acumulado: R\$29.118,67 milhões / + 8,1%

Tabela 15 - Receita Tributária (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.218,73	5.693,33	9,1%	26.939,56	29.118,67	8,1%
ICMS	4.180,27	4.520,35	8,1%	20.426,28	21.901,49	7,2%
Adicional do ICMS	416,28	420,50	1,0%	2.072,84	2.094,82	1,1%
IRRF	277,71	338,84	22,0%	1.290,87	1.486,30	15,1%
IPVA	75,31	89,23	18,5%	1.481,95	1.675,72	13,1%
ITD e ITBI	67,80	86,78	28,0%	324,55	419,71	29,3%
Taxas	201,36	237,63	18,0%	1.343,07	1.540,64	14,7%

No bimestre houve um bom crescimento real²¹, de 3,5% em relação a 2011. No acumulado o incremento foi de 8,1%, alcançando R\$ 29.118,67 milhões arrecadados no período, impulsionado pelo aumento do ICMS (+ R\$ 1.475,21 milhões).

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 4.520,35 milhões / + 8,1%
 Acumulado: R\$ 21.901,49 milhões / + 7,2%

A arrecadação do imposto teve bom crescimento. As setores mais representativos (Eletroeletrônicos – Energia Elétrica – Mercados, lojas e magazines – Petróleo, combustíveis e gás natural – Veículos automotores) tiveram melhor desempenho no bimestre que no mesmo período do ano passado. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

²¹ - Inflação acumulada de out/11 a out/12 de 5,425%.

**- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):****Bimestre:** R\$ 89,23 milhões / + 18,5%**Acumulado:** R\$ 1.675,72 milhões / + 13,1%

O acumulado reflete a melhora das vendas no varejo, que no total para veículos automotores ²² cresceu 5,57% e a parcela de automóveis cresceu 13,19% no estado do Rio de Janeiro.

– Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre:** R\$ 338,84 milhões / + 22,0%**Acumulado:** R\$ 1.486,30 milhões / + 15,1%

O aumento no bimestre foi devido a regularização do calendário do exercício 2012 de transferência do RIOPREVIDÊNCIA. No acumulado o crescimento reflete os aumento das despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ 1.872,04 milhões, tendência que se manterá para o último bimestre.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):

A arrecadação de ITD no acumulado do ano cresceu R\$95,16 milhões (+29,3%).

Bimestre: R\$ 86,78 milhões / + 28,0%
Acumulado: R\$ 419,71 milhões / + 29,3%

A permanência do mercado imobiliário aquecido com a valorização dos imóveis, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, e a melhoria na eficiência da arrecadação são as causas do crescimento da arrecadação do ITD. No acumulado cresceu R\$ 95,16 milhões (+29,3%).

– Taxas:**Bimestre:** R\$ 237,63 milhões / + 18,0%**Acumulado:** R\$1.540,64 milhões / +14,7%

Merece destaque as taxas de emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais que totalizaram no bimestre R\$ 119,29 milhões e no acumulado R\$ 584,64 milhões. As receitas da taxa de prestação de serviços de trânsito do DETRAN totalizaram R\$ 84,23 milhões no bimestre e R\$ 515,10 milhões no acumulado.

²² Veículos automotores: automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motos.



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 16 - Arrecadação do ICMS em Atividades Econômicas selecionadas (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		part % 2012	var % 12/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		part % 2012	var % 12/11
	2011	2012			2011	2012		
Eletroeletrônicos	79,21	117,19	2,6%	47,9%	377,33	458,35	2,1%	21,5%
Energia elétrica	522,30	555,77	12,3%	6,4%	2.629,97	2.645,67	12,1%	0,6%
Mercados, lojas e magazines	267,09	318,73	7,1%	19,3%	1.280,03	1.484,16	6,8%	15,9%
Metalurgia e siderurgia	217,83	177,08	3,9%	-18,7%	935,00	928,69	4,2%	-0,68%
Petróleo, combustíveis e gás natural	607,62	753,10	16,7%	23,9%	3.309,18	3.908,30	17,8%	18,1%
Veículos automotores	156,01	195,50	4,3%	25,3%	796,08	840,81	3,8%	5,6%
Outras atividades econômicas	65,45	43,93	1,0%	-32,9%	309,91	295,38	1,3%	-4,7%
Total das atividades econômicas	4.180,27	4.520,35	100,0%	8,1%	20.426,28	21.901,49	100,0%	7,2%

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores de Petróleo, combustíveis e gás natural e de *Mercados, Lojas e Magazines*. O setor de Metalurgia e siderurgia teve desempenho negativo. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

– Eletroeletrônicos:

Bimestre: R\$ 117,19 milhões / + 47,9%
Acumulado: R\$ 458,35 milhões / + 21,5%

O segmento responsável pelo crescimento bimestral foi o comércio varejista especializado de eletrodoméstico, audio e vídeo, que representa 20,7 % do setor e cresceu 56,3 %. O setor de eletrodomésticos foi beneficiado pela redução do IPI.

– Energia elétrica:

Bimestre: R\$ 555,77 milhões / + 6,4%
Acumulado: R\$ 2.645,67 milhões / + 0,6%

No bimestre o segmento de distribuição de energia elétrica foi o que mais influenciou no crescimento da arrecadação, pois representa 70,89 % do setor e teve um crescimento de 51,48%. Este aumento deve se repetir no próximo bimestre devido ao reajuste médio de 12,27% a ser aplicado nas tarifas da Light a partir de novembro.

**– Mercados, lojas e magazines:****Bimestre: R\$ 318,73 milhões / +19,3%****Acumulado: R\$ 1.484,16 milhões / + 15,9%**

O crescimento de receita deve-se ao aumento de arrecadação com hipermercados, que apresentou alta atrelada a substituição tributária.

Representando 21,5% do grupo teve um aumento de 282,7 %

– Metalurgia e siderurgia:**Bimestre: R\$ 117,08 milhões / - 18,7%****Acumulado: R\$ 928,69 milhões / - 0,68%**

A queda deve-se principalmente a diminuição das importações no segmento da indústria de laminados plano de aço. Segmento que representa 32,1 % do grupo e cresceu 38,1 %. Em setembro houve uma elevação da alíquota de importação do aço laminado tornando o produto nacional mais competitivo.

– Petróleo, combustíveis e gás natural:**Bimestre: R\$ 753,10 milhões / + 23,9%****Acumulado: R\$ 3.908,30 milhões / + 18,1%**

Este setor continua sendo o de maior destaque na arrecadação do ICMS (no bimestre 16,7 % do total de ICMS arrecadado). Na avaliação bimestral, a receita aumentou: a indústria de produtos para refino representa parte significativa da arrecadação neste setor (51,3%) e teve um crescimento de 15,7%. O resultado acumulado continua positivo atingindo o volume de R\$ 3.908,30 milhões.

– Veículos automotores:**Bimestre: R\$ 195,50 milhões / + 25,3%****Acumulado: R\$ 840,81 milhões / + 5,6%**

Os dois segmentos que mais influenciaram o crescimento foram a indústria de automóveis, que representa 30,6% do setor e cresceu 9,8%, e o comércio atacadista de veículos novos e usados, que representa 29,8% do setor e cresceu 103,00%. Este crescimento foi devido principalmente a política de incentivos fiscais a indústria automobilística.



IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$29.202.347 milhões / + 4,2%
 Acumulado: - R\$427.249.072 milhões / - 5,2%

Tabela 17

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %	R\$ milhões
	2011	2012		2011	2012		
	RECEITA PATRIMONIAL	702,21	4,2%	8.164,62	7.737,38	-5,2%	
Petróleo	419,45	498,35	18,8%	5.383,94	6.499,46	20,7%	
Royalties	417,72	494,84	18,5%	2.008,38	2.472,33	23,1%	
Part. Especial	1,19	2,88	142,6%	3.372,97	4.023,93	19,3%	
FEP	0,54	0,63	16,1%	2,59	3,20	23,6%	
CFT's	136,11	133,76	-1,7%	2.085,84	655,51	-68,6%	
Aplic. Financeiras	111,24	82,20	-26,1%	529,86	471,53	-11,0%	
Demais Rec. Patrimoniais	35,41	17,11	-51,7%	164,99	110,88	-32,8%	

A receita patrimonial teve decréscimo real de 1,27% no bimestre e 10,66% no acumulado. As maiores quedas ocorreram nas aplicações financeiras (R\$ -29,04 milhões) no primeiro caso e nos CFT's no segundo (R\$-1.430,33 milhões).

As altas nas Receitas de Petróleo de 18,8% no bimestre e 20,7% no ano não foram suficientes para impedir a queda da Receita Patrimonial na análise acumulada. Houve expressiva redução bimestral na conta de Certificados Financeiros do Tesouro (CFTs) em 1,7% (-R\$ 2,35 milhões) e 73,2% no acumulado (-R\$ 1.427,98 milhões).

As receitas patrimoniais ligadas ao petróleo vêm apresentando aumentos significativos por conta da desvalorização da moeda nacional. Por outro lado, os níveis de produção se apresentam praticamente estagnados.

Tabela 18

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
Produção (milhões de bbl)	92,77	92,30	-0,5%	470,06	468,90	-0,2%
Brent (US\$/bbl)	113,60	107,99	-4,9%	107,09	111,53	4,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,58	2,03	28,4%	1,64	1,89	15,4%

*O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 5º bimestre são apresentados os dados de produção do 4º bimestre.



- Petróleo: Manutenção de tendência ascendente das Receitas de Petróleo ao longo do ano (+ 18,8% no bimestre e 20,7% no ano). A forte desvalorização da moeda nacional (+28,4% / 15,4%) gerou mais receitas já que a commodity é negociada em dólar. A produção de petróleo do estado permaneceu no mesmo patamar do ano passado. O petróleo tipo Brent (referência internacional de preço do óleo), após forte alta no início do ano, apresentou tendência de queda e nos últimos meses vêm apresentando relativa estabilidade (em torno de US\$ 108,00).

- CFT: Redução conforme previsto nos demais boletins²³. No bimestre foi de -1,7% (- R\$ 2,34 milhões) e no acumulado alcançou de -68,6% (-R\$ 1.430,33 milhões).

- Aplicações Financeiras: Variações negativas no bimestre (-26,1%), porém, menos acentuados no dez meses (-11,0%). Queda diretamente relacionada a redução da SELIC (11,17% em janeiro de 2011 para 7,39 % em outubro de 2012) e à queda do resultado orçamentário, que no acumulado caiu de R\$ + 1.337,46 milhões para R\$ -422,64 milhões.

²³ O fluxo de receita dos CFT fora programado para ser decrescente e encerrado em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se grande parte da receita para 2011 e a parte restante para 2012. Portanto, haverá progressiva diminuição desta receita ao longo de 2012.

**Box 01 – Para entender a disputa em torno dos royalties do petróleo****I. Introdução**

Nos últimos anos foi ganhando força um movimento nacional que reivindicava uma nova forma de rateio dos recursos derivados da exploração de petróleo no mar. Embora o petróleo seja um bem que pertence à União, a legislação brasileira prevê a compensação financeira aos estados e municípios afetados pela exploração do petróleo. Sendo assim as operadoras dos poços de petróleo estão sujeitas a cobrança de dois tipos de indenização:

Royalties – compensação financeira pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, pagos mensalmente, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a respectiva data de início da produção, vedada quaisquer deduções. (art.11 do Decreto 2.705 de 03.08.1998).

Participação especial – compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos dos grandes volumes de produção ou de grande rentabilidade e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. (art. 21 do Decreto 2.705 de 03.08.1998).

II. A divisão de receitas

A União e todos os estados e municípios do país já recebiam alguma parcela desses recursos, sendo que, como não poderia deixar de ser, os estados e municípios produtores acabavam sendo os principais beneficiados, ao lado da União. Recentemente foi aprovado pelo Congresso Nacional a Lei 12.734/2012, que propunha uma nova repartição das receitas de royalties e participações especiais. O quadro abaixo resume a forma de divisão que vigorava e a nova divisão definida pela lei. Resta pendente a discussão se esta nova divisão valerá apenas para os campos novos ou se já será válida aos campos já licitados:

Rateio dos recursos de Royalty e Participação Especial entre os entes (%)				
		ATUAL	2013	2019*
ROYALTY	ESTADO CONFRONTANTE	26,25	20	20
	MUNICIPIO CONFRONTANTE	26,25	15	4
	MUNICIPIO AFETADO	8,75	3	2
	ESTADOS NÃO PRODUTORES	1,75	21	27
	MUNICÍPIOS NÃO PRODUTORES	7	21	27
	UNIÃO	30	20	20
PE	ESTADO CONFRONTANTE	40	32	20
	MUNICIPIO CONFRONTANTE	10	5	4
	MUNICIPIO AFETADO			
	ESTADOS NÃO PRODUTORES		10	15
	MUNICÍPIOS NÃO PRODUTORES		10	15
	UNIÃO	50	43	46

*Nota: em 2019 haverá o fim da transição de todos os coeficientes.



III. Por que as participações governamentais devem ser consideradas como indenizações e consequentemente permanecer na região da exploração petrolífera?

O pagamento das participações governamentais ocorre a título expresso de compensação aos entes federativos afetados pela exploração do petróleo e gás natural. Tal reparação justifica-se pelas externalidades negativas²⁴ geradas por esta atividade produtiva, que, obviamente, causam danos ao meio ambiente e aos agentes econômicos que dele dependem direta ou indiretamente.

O entendimento do caráter indenizatório das participações governamentais encontra-se pacificado no Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica no seguinte julgado citado abaixo²⁵:

“Ora, no MS 24.312 restou inequivocamente assentada a natureza da ‘compensação financeira’, prevista no § 1º do art. 20 da CF, **como receita constitucional originária dos entes federados beneficiados, o que per se afasta a sua tipificação tributária** – ou sujeita à disciplina do sistema constitucional tributário. (...) Naquele precedente também foi expressamente consignado nos votos dos ministros Sepúlveda Pertence (inicialmente, inclusive invocando o decidido pela 1ª Turma no RE 228.800) e Nelson Jobim (posteriormente), cujos fundamentos foram incorporados pela relatora e pela integralidade do Plenário, que **a causa à compensação não é a propriedade do bem, pertencente exclusivamente à União, mas sim a sua exploração e o dano por ela causado.**”

As implicações da natureza jurídica indenizatória das participações governamentais são muitas e importantes. Em particular, essa natureza transforma, no entender pacífico do Supremo Tribunal Federal, as participações governamentais na indústria do petróleo e demais verbas oriundas do § 1º do artigo 20 da Constituição, em verdadeiros “direitos subjetivos da unidade federada”, na expressão do Ministro Gilmar Mendes (MS 24.312-1/DF), ou, como afirma o Ministro Nelson Jobim (MS 24.312-1/DF), “direito subjetivo condicional dos Estados e Municípios”.

IV. Destinação dos recursos de royalties e participações especiais

Quanto à aplicação dos recursos provenientes das compensações financeiras pela exploração de petróleo ou gás natural, o arcabouço legal prevê:

- 5% dos recursos de petróleo e gás são vinculados ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM (artigo 263, § 1º da Constituição Estadual e Emenda 31/2003);

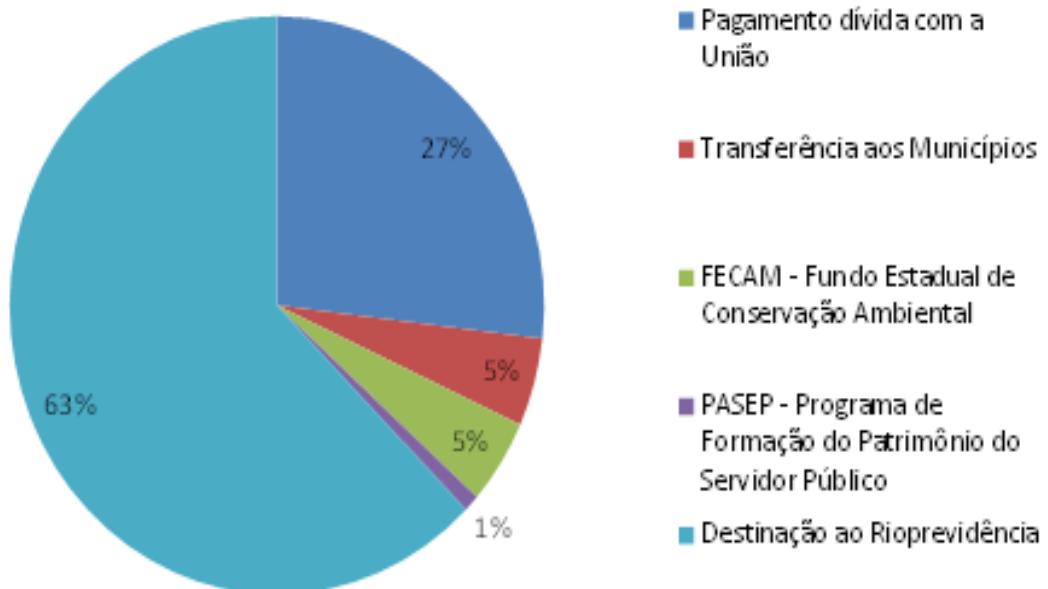
²⁴ As externalidades, também chamadas economias (ou deseconomias) externas, são efeitos positivos ou negativos - em termos de custos ou de benefícios - gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que estes tenham oportunidade de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. Portanto, externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão. A externalidade negativa ocorre quando gera custos para os demais agentes. Normalmente, cabe ao Estado impedir ou inibir a geração de externalidades negativas. Isto pode ser feito por meio de sanções legais ou pagamento de compensações, como é o caso da exploração petrolífera.

²⁵ Vide Parecer nº 39/08 – FDL, da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.



- a vinculação acima mencionada é de 10% quando os recursos forem provenientes da camada pré-sal (Emenda Constitucional nº48/2011);
- 1% é destinado ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público –PASEP (Lei Complementar nº 8/1970);
- Uma parcela dos royalties é distribuída entre os municípios do Estado .
- uma parcela variável dos recursos é destinada ao pagamento da dívida com a União anterior à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, renegociada em 1999 conforme Lei 9.496/1997;
- o montante residual é incorporado ao patrimônio do Fundo de Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA (Decreto Estadual nº 42.011/2009).

Discriminação das despesas com recursos das participações governamentais do petróleo (jan-nov 2012)



**Receitas e despesas referentes às participações governamentais de petróleo e gás (jan-nov 2012)**

Em R\$

Discriminação das Receitas	2012
Royalties pela Produção do Petróleo - até 5%	1.569.465.050,57
Royalties p/Produção Petróleo Excedente a 5%	1.137.561.225,30
Cota-Parte P. Esp. Expl. Petrol. Gas Natural	5.226.327.225,67
Total	7.933.353.501,54
Discriminação das Despesas	2012
Pagamento dívida com a União	2.129.081.072,51
Transferência aos Municípios	392.366.262,62
FECAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental	377.049.361,95
1000 Rio Mais Limpo	27.125.508,65
1009 Lixo Zero - FECAM	15.244.284,61
1010 Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	24.499.655,69
1044 Instrumentos de Conservação da Biodiversidade	80.450,00
1058 Implementação de Educação Ambiental	7.579.168,54
1067 Recuper Infraestr Hidr BCampista-PAC-RJ/FECAM	2.834.926,85
1197 Saneam nas Bacias da Baía de Guanabara	68.370.021,18
1198 Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	681.196,00
1522 Esgotamento Sanitário - PAC/FECAM	1.988.914,24
1539 Prev. e Contr Ambiental Inundações	23.701.213,09
1551 Projetos a Cargo do FECAM	59.643.325,59
1555 Projeto de Macrodrrenagem PAC - RJ - FECAM	33.436.357,29
1572 Gestão e Controle Florestal	28.080,00
2865 Prog de Reaproveit de Óleo Vegetal - PROVE	349.111,75
3651 Saneam Amb Mun do Entorno B. Guanabara-FECAM	1.472.677,56
3667 Implementação do Plano Mudança do Clima	234.258,52
3668 Implementação do Plano de Economia Verde	270.000,00
3669 Geração de empreg e renda em comunidades assi Despesa a liquidar	2.499.589,20 107.010.623,19
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	75.409.872,39
Destinação ao Rioprevidência	4.959.446.932,07
Total	7.933.353.501,54



IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 1.073,95 milhões / + 77,0%
 Acumulado: R\$ 3.621,18 milhões / + 51,9%

Tabela 19

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	606,79	1.073,95	77,0%	2.384,37	3.621,18	51,9%
Receita de Contribuições	188,78	171,58	-9,1%	901,21	912,56	1,3%
Receita Agropecuária	0,03	-0,03	-221,7%	0,12	0,12	2,8%
Receita Industrial	0,03	16,28	54618,5%	0,20	16,42	8276,2%
Receita de Serviços	59,50	69,53	16,8%	268,64	311,12	15,8%
Multas e Juros de Mora	73,73	85,01	15,3%	361,34	462,02	27,9%
Indenizações e Restituições	22,78	475,21	1985,7%	119,11	603,23	406,5%
Dívida Ativa	36,57	125,71	243,7%	172,04	522,70	203,8%
Receitas Diversas	225,36	130,66	-42,0%	561,72	793,02	41,2%

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo de 77,0% (+R\$ 467,16 milhões) no 5º bimestre em relação a 2011. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento da conta de Indenizações e Restituições (+R\$ 452,43 milhões). O bom desempenho no bimestre foi refletido na execução acumulada que teve aumento de 51,9%, alcançando a marca de R\$ 3.621,18 milhões de arrecadação.

– Receitas de Serviços: Houve aumento de R\$ 10,03 milhões (+16,8%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 69,53 milhões no bimestre, resultante de Serviços de Processamento de Dados que alcançou a arrecadação de R\$ 22,63 milhões, e Serviços Hospitalares que alcançou R\$ 15,39 milhões.

– Indenizações e Restituições: Crescimento bimestral ocasionado por Restituição oriunda de saque da Conta B²⁶ (+ R\$ 450,00 milhões) e que se reflete no acumulado.

– Receitas Diversas: Comparativamente ao mesmo bimestre de 2011, obteve uma queda de 42,0% (-R\$ 94,70 milhões). Tal variação

²⁶ - Conta B, onde estão depositados os recursos do fundo que garantem passivos do antigo Banerj.



deve-se principalmente a queda das receitas do TJ de R\$ 59,72 milhões. Apesar da queda no bimestre, no acumulado o TJ contribuiu com R\$ 419,99 milhões no crescimento de 41,2%.

– Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa: O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora justifica-se pelo Programa de REFIS²⁷ estadual, autorizado pela Lei estadual 6136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa oferece redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011. Como Programa de REFIS existe a previsão do parcelamento dos pagamentos dos débitos, houve aumentos de tais contas no bimestre.

No caso da conta de Multas e Juros, as multas de trânsito totalizaram R\$ 21,43 milhões contra R\$ 10,83 milhões em 2011.

O Programa de REFIS estadual promoveu o crescimento de arrecadação no 5º bimestre em 243,7% na receita de Dívida Ativa e 15,3% na receita de Multas e Juros. Somados, alcançaram a marca de R\$ 210,72 milhões no período.

²⁷ Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 929,62 mil / + 7,2%

Acumulado: R\$ 4.666,54 milhões / + 1,3%

Tabela 20

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	867,13	929,62	7,2%	4.605,43	4.666,54	1,3%
Transf da União	472,93	490,77	3,8%	2.504,14	2.456,28	-1,9%
FPE	130,50	121,83	-6,6%	748,72	765,86	2,3%
IPI exp	135,27	132,28	-2,2%	624,25	619,56	-0,8%
IOF	0,01	0,01	79,2%	0,03	0,03	19,1%
CIDE	29,91	2,94	-90,2%	107,14	57,25	-46,6%
SUS	44,65	138,29	209,7%	455,97	494,41	8,4%
Salário Educação	66,43	63,83	-3,9%	301,20	327,19	8,6%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	71,48	71,48	0,0%
Outras Transf. da União	51,86	17,29	-66,7%	195,35	120,49	-38,3%
FUNDEB	374,63	403,45	7,7%	1.991,98	2.071,14	4,0%
Convênios	19,44	35,39	82,1%	98,71	138,61	40,4%
Outras Transf. Corr.	0,13	0,01	-90,2%	10,60	0,51	-95,2%

O total arrecadado de Transferências apresentou crescimento de R\$ 62,49 milhões no 5º bimestre de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011.

Os resultados negativos nas contas das receitas do FPE (-R\$ 8,67 milhões), do IPI-Exp (-R\$ 2,99 milhões), da CIDE (-R\$ 26,98 milhões), do Salário Educação (-R\$ 2,59 milhões) e de Outras Transferências da União (-R\$ 34,58 milhões); foram compensados pelo aumento das Transferências do SUS (+R\$ 93,64 milhões), do FUNDEB (+R\$ 28,82 milhões) e das Transferências de Convênios (+ R\$ 15,95 milhões).

No acumulado, a receita apresentou aumento de R\$ 61,11 milhões, com destaque positivo para as Transferências do SUS (+8,4%), FUNDEB (+4,0%) e Convênios (+40,4%); e negativos para a CIDE (-49,9%) e Outras Transferências da União (-74,85%).

As Transferências do SUS foram as grandes responsáveis pelo crescimento das Receitas de Transferências, com o aumento bimestral de 209,7%.



IV.I.3.2 Transferências da União

Em relação ao mesmo bimestre de 2011, o acréscimo de receita desse grupo foi de 3,8% (+R\$ 17,84 milhões), embora tenha havido resultado negativo do acumulado de 1,9% (-R\$ 47,86 milhões). No que tange a essas receitas, os repasses referentes ao FPE, IPI Exp e ao SUS são as mais significativas, representando 79,9% do total recebido no bimestre e 76,53% no acumulado.

– **FPE²⁸**: Com queda de 6,6% (-R\$ 8,67 milhões), esta receita alcançou R\$ 121,83 milhões no 5º bimestre de 2012.

Tendo como suas fontes o IPI e o IR, seu resultado bimestral foi produto da queda na arrecadação do IPI em setembro e dos dois impostos em outubro, quando comparados aos mesmos meses do ano de 2011.

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 2,3% (+R\$ 17,14 milhões), alcançando a arrecadação de R\$ 765,86 milhões. A alta no acumulado tem origem no IR, uma vez que houve queda no IPI fundamentalmente pelas mesmas justificativas da queda bimestral. Grande responsável pelo acréscimo na receita dessa transferência foi o IRRF-Rendimentos do Trabalho²⁹.

– **IPI-EXP**: Apresentou, comparativamente ao ano anterior, uma queda de 2,2% no bimestre (-R\$ 2,99 milhões), assim como um decréscimo de 0,8% (-R\$ 4,68 milhões) no acumulado pelos motivos anteriormente expostos.

– **SUS**: Com arrecadação de R\$ 138,29 milhões no bimestre, esta receita teve crescimento de 209,7% (+R\$ 93,64 milhões) em relação a 2011. Esse resultado deve-se a um repasse de grande vulto em outubro de 2012³⁰.

No acumulado o crescimento foi de 8,4% (+R\$ 38,44 milhões), alcançando o montante de R\$ 494,41 milhões, concentrado, conforme anteriormente exposto, no mês de outubro de 2012.

As isenções e desonerações conferidas pela União no IPI acabaram por impactar negativamente as transferências recebidas a título de FPE e IPI Exportação em 2012.

²⁸ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de outubro de 2012. Receita Federal. <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2012/Analisemensalout12.pdf>

²⁹ A alta do IRRF-Rendimentos do Trabalho deveu-se ao aumento na massa salarial e pela correção na tabela progressiva do IRPF.

³⁰ A grande transferência do mês de outubro destinou-se ao Programa Estadual da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e ao Programa Estadual de Rede de Urgência.



- **CIDE:** Devido às reduções das alíquotas da CIDE incidente sobre a gasolina e diesel e explicada nos boletins anteriores, apresentou queda de R\$ 26,98 (-90,2%) no 5º bimestre e R\$ 49,90 milhões no acumulado (-46,6%).

- **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** A queda no bimestre (-66,7%; -R\$ 34,58 milhões) justifica-se principalmente pelo recebimento da primeira parcela da transferência do FEX³¹ em outubro de 2011, mas não recebida em 2012, impactando negativamente o resultado bimestral, assim como o acumulado pela mudança no fluxo de receita Demais Transferências da União³².

No acumulado, a queda foi de 38,3% (-R\$ 74,86 milhões) concentrada principalmente em Outras Transferências Diretas do FNDE efeito da entrada atípica de receita no mês de maio de 2011³³.

³¹ O Auxílio Financeiro ao Fomento das Exportações (FEX) foi criado em 2004, como instrumento de compensação complementar à desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/96, Lei Kandir). Destina-se a resarcir a isenção das exportações de bens primários e semielaborados. O montante do auxílio é negociado anualmente, durante a tramitação do orçamento geral da União no Congresso Nacional.

³² O pagamento aos Estados do FEX, contabilizado como Demais Transferências da União, foi realizado no ano de 2011 em três parcelas mensais e sucessivas de R\$ 27,43 milhões. Já no exercício de 2012 foi paga em apenas uma parcela de R\$ 82,29 milhões no mês de novembro.

³³ Conforme mencionado no 3º Boletim de Transparéncia Fiscal de 2012, o alto valor dos recursos transferidos através do FNDE contabilizados em Outras Transferências Diretas do FNDE, em maio de 2012, objetivaram a reconstrução e reforma de escolas estaduais e municipais atingidas por enchentes e deslizamentos causados pelas chuvas na Região Serrana.



IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 139,12 mil / - 82,8%
 Acumulado: R\$ 2.031,64 milhões / + 1,6%

Tabela 21

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS DE CAPITAL	810,97	139,12	-82,8%	1.999,98	2.031,64	1,6%
Operações de Crédito	650,29	57,33	-91,2%	826,33	1.471,06	78,0%
Alienação de Bens	2,35	2,03	-13,8%	255,75	19,45	-92,4%
Amortiz. de Empréstimos	36,76	40,13	9,2%	150,13	180,77	20,4%
Transf. de Capital	121,56	39,51	-67,5%	767,78	360,16	-53,1%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,13	0,0%	0,00	0,19	0,00%

As Receitas de Capital apresentaram queda expressiva de 82,8% (- R\$ 671,85 milhões) no bimestre devido a redução das Operações de Crédito no montante de R\$ 592,97 milhões, assim como queda das Transferências de Capital em R\$ 82,05 milhões. No acumulado, as Receitas de Capital alcançaram R\$ 2.031,64 milhões, um aumento de 1,6% (+R\$ 31,66 milhões). O expressivo resultado das Operações de Crédito realizadas no acumulado neutralizou a alta queda nas receitas de Transferência de Capital.

Na Receita de Operações de Crédito, a queda bimestral de 91,2% justifica-se por receitas recebidas em 2011 que não obtiveram continuidade em 2012, como Demais Operações de Crédito Externas e Internas para Programas de Governo³⁴.

No acumulado, as Operações de Crédito apresentaram crescimento de 78,0% (+ R\$ 644,73 milhões), influenciado por Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, relativo ao Programa Pró-Cidades em uma operação no valor de R\$ 885,56 milhões em junho de 2012.

As Transferências de Capital apresentaram decréscimo de 67,5% (- R\$ 82,05 milhões) no bimestre. Houve queda em Transferências de

³⁴ Tais recursos foram aplicados nos Programas de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano – PROHDUMS em setembro de 2011 e para o Programa PROCOPA Arenas Maracanã em outubro de 2011.



Convênios da União destinadas ao PAC em 59,5% (-R\$ 32,89 milhões), uma vez que as obras e instalações estão em processo de conclusão. Além dela, Outras Transferências de Convênios da União tiveram incremento de 94,5% (-R\$ 56,36 milhões), motivado por uma alta transferência em outubro de 2011 para obra de reconstrução no Município de Tanguá (R\$ 55,09 milhões).

A queda de 53,1% (- R\$407,61 milhões) no acumulado justifica-se ainda pelas grandes obras de recuperação em 2011: Angra dos Reis em janeiro e agosto, Região Serrana em fevereiro e março, e, conforme acima mencionado, Tanguá em outubro, além da construção de unidades habitacionais em julho de 2011.



V. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

V.I - Evolução do Orçamento

Tabela 22

EVOLUÇÃO GERAL				
EXERCÍCIO	DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÕES ORÇ.	DOTAÇÃO ATUAL
2011	S/ INTRAORÇAMENTÁRIA	54.093.407.246	5.645.297.400	59.738.704.646
	INTRAORÇAMENTÁRIA	2.120.218.186	108.023.896	2.228.242.082
TOTAL		56.213.625.432	5.753.321.296	61.966.946.728
2012	S/INTRAORÇAMENTÁRIA	61.289.423.482	6.550.394.541	67.839.818.023
	INTRAORÇAMENTÁRIA	2.742.794.551	- 182.672.061	2.560.122.491
TOTAL		64.032.218.033	6.367.722.480	70.399.940.513

A dotação atual evoluiu de R\$ 61,97 bilhões, em 2011, para 70,4 bilhões em 2012, ou seja, um incremento de 13,5%. As alterações orçamentárias até o 5º bimestre de 2012 (R\$ 6,37 bilhões – soma de todos os créditos), já correspondem a 10% da dotação inicialmente estabelecida, aí considerados os autorizados por anulações de dotações.

Participação do 5º bimestre:

Tabela 23

2012			
ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	ACUMULADO(a)	5º BIMESTRE(b)	PESO(b/a)
	6.367.722.480	2.611.143.844	41%

Pela tabela acima pode-se afirmar que as alterações orçamentárias ocorridas no 5º bimestre foram significativas perante o total alterado, representando 41%.

A tabela 23 mostra a evolução da dotação até o 5º bimestre, bem como a participação das grandes áreas no orçamento total.

Tabela 24 - Alterações Orçamentárias e Participação das Áreas no Orçamento Total 2012

Áreas	Dotação Inicial	Participação na Dotação Inicial	Dot. Acum. até o 5º bimestre	Participação 5º bim.
Infraestrutura	3.717.090.252	5,81%	5.594.413.153	7,95%
Educação	9.104.817.686	14,22%	9.772.357.611	13,88%
Outras Áreas	3.457.123.028	5,40%	3.686.787.956	5,24%
Outros Poderes	5.962.753.961	9,31%	6.731.032.188	9,56%
Saúde	4.563.129.498	7,13%	4.707.343.471	6,69%
Segurança Pública	5.666.055.833	8,85%	6.977.651.634	9,91%
Transporte	2.210.404.382	3,45%	2.488.369.482	3,53%
Assistência Social	1.010.697.997	1,58%	1.131.273.326	1,61%
Previdência Social	10.245.851.088	16,00%	10.857.151.088	15,42%
Encargos Especiais	18.093.994.308	28,26%	18.453.260.603	26,21%
Total	64.031.918.033	100,00%	70.399.640.513	100,00%

* Sem Reserva de Contingência (R\$ 300 mil)



As participações da área de infraestrutura, Outros Poderes, Segurança Pública, Transporte, Assistência Social cresceram durante o decorrer do exercício, enquanto as participações da Previdência, dos Encargos Especiais, da Educação, das Outras Áreas e da Saúde reduziram.

Analizando apenas o 5º bimestre, a alteração orçamentária foi de R\$ 2,61 bilhões, distribuídos conforme Tabela abaixo, na qual se destacam as ações que sofreram grandes alterações.

Tabela 25

ÁREAS	SALDO ALT. ORÇ. P/ ÁREA	PRINCIPAIS AÇÕES ALTERADAS	ALT. ORÇ. P/AÇÃO
INFRAESTRUTURA	285.557.800	Implantação de Projetos de Infraestrutura	318.442.461
		Recuperação da Região Serrana	149.169.761
		Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	67.871.388
EDUCAÇÃO	247.586.025	Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura	111.470.228
		Pessoal e Encargos Sociais	91.681.926
		Implantação Biblioteca Pública Estadual - BPE	28.398.513
OUTRAS ÁREAS	276.443.509	Obrigações com o Pagamento de Pensionistas e Aposentados Previ-BANERJ	95.039.950
		Serviço de Comunicação e Divulgação	79.111.814
		Pagamento de Precatórios Judiciais - Emenda Constitucional 62/2009	50.000.000
OUTROS PODERES	116.053.738	Pessoal e Encargos Sociais - TJ	60.000.000
		Operacionalização da Prestação Jurisdicional	35.000.000
		Operacionalização do Processamento Judiciário	27.500.000
SAÚDE	113.782.572	Assistência Hospitalar e Ambulatorial em Média e Alta Complexidade	130.000.000
		Execução de Contratos de Gestão da Fundação Estatal dos Hospitais de Urgência e Emergência	115.970.038
		Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais	73.862.851
SEGURANÇA PÚBLICA	1.002.473.786	Pessoal e Encargos Sociais	763.633.888
		Gestão da Frota	148.349.442
		Alimentação dos Apenados e Custodiados	41.020.519
TRANSPORTE	304.874.109	Operacionalização do Bilhete Único	80.000.000
		Apoio aos Municípios	52.711.024
		Implantação, Restuturação e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	32.568.912
ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.389.172	Transferência de Renda à Família de Pobreza Extrema - Renda Melhor	30.800.000
		Aluguel Social	15.225.000
		Proteção Social Especial de Alta Complexidade	3.720.977
PREVIDÊNCIA SOCIAL	611.300.000	Encargos com Inativos - Demais Áreas Administrativas Estaduais	358.000.000
		Encargos com Inativos - Área de Educação	273.000.000
		Encargos com Inativos - TJ	137.000.000
ENCARGOS ESPECIAIS	213.431.350	Gestão da Dívida Interna - Serviços	322.391.071
		Gestão da Dívida Externa - Serviços	92.752.021
TOTAL	2.611.143.844		

*Posição extraída no SIG em 21/11/2012.



O maior incremento orçamentário ocorreu na área de Segurança Pública (R\$ 1,00 bilhão), basicamente para o pagamento de Pessoal e Encargos Sociais.

Dentre os recursos que compensaram as alterações orçamentárias no bimestre, R\$ 611,3 milhões foram provenientes de superávit financeiro do Fundo Único de Previdência do ERJ-RIOPREVIDÊNCIA.

➤ Contingenciamento das despesas

Tabela 26

	Dotação Atual (A)	Contingenciado no Ano (B)	Disponível	B/A	Contingenciado no 5º bimestre (C)	C/B
Infraestrutura	5.594.413.153	127.406.064	5.467.007.089	2,28%	-	44.389.590 -34,84%
Educação	9.772.357.611	305.858.583	9.466.499.028	3,13%	-	65.243.627 -21,33%
Outras Áreas	3.686.787.956	210.686.911	3.476.101.045	5,71%	11.918.670	5,66%
Outros Poderes	6.731.032.188	83.442	6.730.948.746	0,00%	-	0,00%
Saúde	4.707.343.471	49.237.345	4.658.106.126	1,05%	-	94.905.963 -192,75%
Segurança Pública	6.977.651.634	30.443.152	6.947.208.482	0,44%	378.982	1,24%
Transporte	2.488.369.482	259.299.597	2.229.069.885	10,42%	3.595.325	1,39%
Assistência Social	1.131.273.326	44.398.195	1.086.875.131	3,92%	-	59.700 -0,13%
Previdência Social	10.857.151.088	-	10.857.151.088	0,00%	-	0,00%
Encargos Especiais	18.453.260.603	817.828.215	17.635.432.388	4,43%	-	211.694.579 -25,88%
TOTAL	70.399.640.513	1.845.241.505	68.554.399.008	2,62%	-	400.400.482 -21,70%

Após as suplementações e cancelamentos apresentados, a fim de compatibilizar a despesa fixada com a receita estimada para o exercício, parte da dotação (2,62%) ainda permanece contingenciada. O valor total disponível para empenho é de R\$ 68,6 bilhões.

Os valores contingenciados são liberados no decorrer do exercício com fundamento nas revisões de estimativa da Receita, resultando no bimestre ampliação da disponibilidade de dotação para empenho no valor de R\$400,40 milhões.

- Análise da Execução da Despesa.

Tabela 27

	DESPESA CORRENTE				DESPESA DE CAPITAL				TOTAL GERAL
	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA	OUTRAS DESPESAS	TOTAL (CORRENTE)	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL (CAPITAL)	
Infraestrutura	Liquidado	147.456.544	6.961	53.687.748	201.151.254	1.292.819.994	-	38.013	1.292.858.007
	%	0,30%	0,00%	0,11%	0,41%	2,61%	0,00%	0,00%	2,61% 3,01%
Educação	Liquidado	3.277.307.613	-	3.216.508.039	6.493.815.652	402.108.795	-	-	402.108.795
	%	6,60%	0,00%	6,48%	13,09%	0,81%	0,00%	0,00%	0,81% 13,90%
Outras Áreas	Liquidado	1.139.241.182	-	1.112.390.345	2.251.631.527	44.362.538	55.372.719	-	99.735.256
	%	2,30%	0,00%	2,24%	4,54%	0,09%	0,11%	0,00%	0,20% 4,74%
Outros Poderes	Liquidado	3.699.191.792	-	932.164.538	4.631.356.329	281.298.092	72.525.371	-	353.823.464
	%	7,45%	0,00%	1,88%	9,33%	0,57%	0,15%	0,00%	0,71% 10,05%
Saúde	Liquidado	1.074.340.898	260.648	1.635.951.748	2.710.553.294	82.922.714	8.447.956	782.334	92.153.005
	%	2,16%	0,00%	3,30%	5,46%	0,17%	0,02%	0,00%	0,19% 5,65%
Segurança Pública	Liquidado	3.564.975.636	-	1.399.225.893	4.964.201.529	176.137.433	-	-	176.137.433
	%	7,18%	0,00%	2,82%	10,00%	0,35%	0,00%	0,00%	0,35% 10,36%
Transporte	Liquidado	173.063.668	2.202.142	663.536.080	838.801.889	709.729.680	-	2.505.139	712.234.818
	%	0,35%	0,00%	1,34%	1,69%	1,43%	0,00%	0,01%	1,44% 3,13%
Assistência Social	Liquidado	401.143.792	-	397.934.368	799.078.160	5.320.546	-	-	5.320.546
	%	0,81%	0,00%	0,80%	1,61%	0,01%	0,00%	0,00%	0,01% 1,62%
Previdência Social	Liquidado	22.837.614	-	8.662.562.589	8.685.400.203	161.767	-	-	161.767
	%	0,05%	0,00%	17,46%	17,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% 17,50%
Encargos Especiais	Liquidado	-	2.141.954.536	10.924.894.634	13.066.849.170	-	-	1.848.191.490	1.848.191.490
	%	0,00%	4,32%	22,01%	26,33%	0,00%	0,00%	3,72%	3,72% 30,06%
TOTAL	Liquidado	13.499.558.737	2.144.424.287	28.998.855.981	44.642.839.005	2.994.861.559	136.346.046	1.851.516.976	4.982.724.581
	%	27,20%	4,32%	58,44%	89,96%	6,03%	0,27%	3,73%	10,04% 100,00%



A tabela acima demonstra o gasto das funções de governo de forma agregada, por grupo de despesa. A área de Encargos Especiais, em Outras Despesas Correntes gastou 22,01% do total executado. São despesas não discricionárias, basicamente transferências constitucionais/legais (ICMS/CIDE/Royalties/IPI/IPVA) para os municípios fluminenses, a parcela do FUNDEB (educação) e o refinanciamento da dívida com a União, além de outras espécies de menor valor.

Os números apresentados permitem identificar a pequena margem de discricionariedade do Governo, uma vez que 30,06 % foram direcionados para os Encargos Especiais, 27,20% para Pessoal, 17,5 % para a Previdência, restando, portanto, 25,24 %.

➤ Ritmo de execução

Tabela 28

RITMO DE EXECUÇÃO		
EMPENHADO (A)	LIQUIDADO (B)	PAGA (C)
52.346.190.502	49.625.563.587	47.449.800.400
B/A (LIQ./EMP.)	C/A (PAGO/EMP.)	C/B (PAGO/LIQ.)
94,80%	90,65%	95,62%

O ritmo de execução indica que o ERJ honrou 95,62 % de suas obrigações; se considerarmos as despesas de capital com exceção da amortização da dívida, e incluindo os gastos de custeio, o ERJ conseguiu atingir a marca de 90,76%³⁵. Outra informação a se destacar é que considerando as despesas pendentes de liquidação, ou seja, ainda não cumpridos pelos beneficiários os compromissos pactuados, o ERJ pagou 90,65 %.

➤ Execução da despesa por grupo de despesa

Segue abaixo a tabela discriminando as despesas por grupos de natureza de despesa

Tabela 29

Grupo de Despesa	Liquidado 5º bimestre	Liquidado Acumulado	% 5º bimestre
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.927.311.762	13.499.558.737	21,68%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	453.992.021	2.144.424.287	21,17%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.950.025.707	28.998.855.981	20,52%
INVESTIMENTOS	981.785.629	2.994.861.559	32,78%
INVERSÕES FINANCEIRAS	9.823.477	136.346.046	7,20%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	435.527.865	1.851.516.976	23,52%
Total Geral	10.758.466.461	49.625.563.587	21,68%

Já foram executados neste exercício R\$49,63 bilhões, 21,7% no 5º bimestre ou R\$10,76 bilhões. Os investimentos, que envolvem, por exemplo, obras de reforma e construção foram executados numa proporção maior no 5º bimestre, 32,78%, impulsionados pela realização de receitas de Operações de Crédito.

³⁵ Informação obtida por meio do SIG – Sistema de Informações Gerenciais



- Pessoal e Encargos Sociais

Variação:

Despesa Liquidada acumulada - 2012/2011: +14,19%

Área relevante - Segurança Pública: + 22,56% em relação a igual período de 2011.

Tabela 30

Áreas	Acum. 5º (2011) (a)	Acum. 5º (2012) (b)	Variação (2011-2012)	5º Bim. (c)	Participação (c/b)
Infraestrutura	138.469.902	147.456.544	6,09%	29.671.780	20,12%
Educação	2.717.711.599	3.277.307.613	17,07%	690.337.111	21,06%
Saúde	1.114.409.068	1.074.340.898	-3,73%	222.976.631	20,75%
Assistência Social	355.086.538	401.143.792	11,48%	77.523.590	19,33%
Segurança Pública	2.760.849.947	3.564.975.636	22,56%	729.227.516	20,46%
Outros Poderes	3.392.400.451	3.699.191.792	8,29%	756.820.100	20,46%
Outras Áreas	906.470.622	1.139.241.182	20,43%	383.179.906	33,63%
Transporte	175.491.903	173.063.668	-1,40%	33.267.478	19,22%
Previdência Social	22.644.097	22.837.614	0,85%	4.307.650	18,86%
Encargos Especiais	-	-	-	-	-
Total	11.583.534.127	13.499.558.737	14,19%	2.927.311.762	21,68%

O maior crescimento percentual ocorreu na área de Segurança Pública tanto em razão de admissão de pessoal concursado quanto em função da antecipação de parcelas vincendas relativas a reajuste concedido. A aparente redução porcentual registrada na área da Saúde se dá por conta de alteração na classificação orçamentária. Por força da Lei Federal 141/2012: os militares da área de saúde do Corpo de Bombeiros não lotados nas UPA(s) passaram a ser classificados na Função Segurança Pública.

O grupo classificado como “Outras Áreas” executou, no bimestre, 33,63%, o que foge da proporção linear, explicado pela contabilização dos pagamentos de precatórios e da PPE (Prestação Pecuniária Eventual).

- Análise das Outras Despesas Correntes

Tabela 31

Outras Despesas Correntes					
Áreas	Liquidado acumulado 5º Bimestre - 2011 (a)	Liquidado acumulado 5º Bimestre - 2012 (b)	Variação Δ%	Liquidado 5º Bimestre - 2012 (c)	Participação (c/b)
Educação	2.971.530.891	3.216.508.039	8,24%	725.859.047	22,57%
Saúde	1.484.743.883	1.635.951.748	10,18%	450.076.557	27,51%
Segurança Pública	1.155.036.118	1.399.225.893	21,14%	357.683.316	25,56%
Outras Áreas	936.434.138	1.112.390.345	18,79%	296.918.686	26,69%
Outros Poderes	808.704.428	932.164.538	15,27%	237.261.547	25,45%
Transporte	591.944.842	663.536.080	12,09%	147.643.842	22,25%
Assitência Social	128.728.123	397.934.368	209,13%	108.364.261	27,23%
Infraestrutura	74.563.791	53.687.748	-28,00%	10.949.967	20,40%
Previdência Social	7.805.238.651	8.662.562.589	10,98%	1.811.611.803	20,91%
Encargos Especiais	10.339.573.937	10.924.894.634	5,66%	1.803.656.680	16,51%
Total	26.296.498.802	28.998.855.981	10,28%	5.950.025.707	20,52%

Fonte: SIG/SIAFEM



Em relação ao grupo de Outras Despesas Correntes, a área que apresentou maior variação (2011-2012), foi a Assistência Social (+209,13%) explicado pela expansão dos Programas Renda Melhor e Desenvolvimento Social dos Territórios que requereram até o 5º bimestre, respectivamente, R\$ 163,41 milhões e R\$ 34,15 milhões; este último voltado para desenvolvimento de atividades sociais em áreas pacificadas.

A tabela 31 demonstra a aplicação dos recursos nas principais áreas de governo.

Neste bimestre a área de Educação liquidou R\$ 725,85 milhões. Destaque para as despesas de Contribuições para o FUNDEB, que representam a aplicação do ERJ na educação de seus municípios, (R\$ 370,77 milhões), e de transporte escolar de alunos e de professores (R\$ 29,49 milhões).. Tais despesas juntas representaram 55,14% dos gastos desta função.

Na área da Saúde a despesa liquidada no bimestre representou 27,51% (R\$ 450,07 milhões) do acumulado no ano; cerca de 52% estão demonstrados na tabela ao lado por finalidade do gasto. Para a Saúde nos Municípios, no bimestre, foram repassados R\$ 44,46 milhões para ações de assistência farmacêutica básica, de apoio às UPAS 24 horas e aos hospitais do interior (PAHI); no acumulado do ano os municípios contaram com R\$ 183,20 milhões.

Na Segurança, destaque para as despesas financiadas com recursos de convênios, com maior participação daqueles transferidos pelo DETRAN, não só para a SESEG e suas entidades supervisionadas, no financiamento da frota de veículos, como também para a SEAP custeando grande parcela da despesa com alimentação de apenados.

Despesas não discricionárias requereram no bimestre 60,7% do total liquidado: 30,3% em Encargos Especiais (distribuição de receitas constitucionais) e 30,4% em Previdência, com o pagamento de inativos e pensionistas.

- Análise dos Investimentos e das Inversões Financeiras:

As despesas liquidadas até o 5º bimestre apresentaram um crescimento de 5,75% em relação ao exercício de 2011. A tabela abaixo indica as despesas realizadas até o 5º bimestre de 2011 e

Tabela 32**Despesas Liquidadas por área - 5º Bimestre**

Educação	
Contribuições para o FUNDEB	370.777.106
Vale Transporte	29.497.351
Auxílio Financeiro a Estudantes	22.371.653
Serviços de Limpeza	21.815.349
Preparo e Distribuição de Alimentação	21.033.796
	465.495.255
Saúde	
Serviços de Saúde	108.337.825
Prestação Serviços Saúde vinculados ao SUS	40.546.956
Serviços Apoio Administrativo	37.562.695
Apoio à UPAS 24 Horas /Atenção básica nos Municípios	22.832.750
Assistência Farmacêutica Básica	13.956.758
Apoio aos Hospitais do Interior - PAHI	7.676.000
	230.912.984
Segurança	
Convênios com o DETRAN	83.396.692
Preparo e Distribuição de Alimentação	49.824.021
Encargos Com Processamento de Dados	35.032.503
Serviços Apoio Administrativo	18.248.969
	186.502.184

Fonte: SIG/SIAFEM



2012, a variação entre os exercícios, a despesa liquidada somente no 5º bimestre e sua respectiva participação, por áreas.

Tabela 33

ÁREAS	ACUM. 5º BIM (2011)	ACUM. 5º BIM. (2012) (a)	VARIAÇÃO	5º BIM. (b)	PARTICIPAÇÃO (b/a)
INFRAESTRUTURA	1.150.163.263	1.292.819.994	12,40%	647.354.416	50,07%
SAÚDE	133.547.655	91.370.671	-31,58%	18.716.980	20,48%
EDUCAÇÃO	198.553.988	402.108.795	102,52%	53.767.224	13,37%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.753.536	5.320.546	-31,38%	1.456.267	27,37%
TRANSPORTE	703.039.285	709.729.680	0,95%	109.862.877	15,48%
OUTRAS ÁREAS	191.968.227	99.735.256	-48,05%	19.158.897	19,21%
OUTROS PODERES	187.095.249	353.823.464	89,11%	91.119.609	25,75%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.328.905	161.767	-96,96%	15.954	9,86%
SEGURANÇA PÚBLICA	183.321.663	176.137.433	-3,92%	50.099.981	28,44%
ENCARGOS ESPECIAIS	200.092.936	-	-100,00%	-	0,00%
TOTAL	2.960.864.707	3.131.207.605	5,75%	991.552.205	31,67%

Dentre as áreas com maior variação em relação a 2011, destacam-se Educação (+102,52%) e Outros Poderes (+89,11%). Neste bimestre, as áreas Infraestrutura e Transporte foram responsáveis pela maior execução, boa parte financiada com recursos provenientes de Operações de Crédito.

A seguir, apresentam-se as principais despesas realizadas em investimentos no 5º bimestre.

➤ **R\$ 19.158.897 - “Outras Áreas”**

- **R\$ 6.066.440** – Desapropriação do Museu do Índio para a obra do Complexo do Maracanã.
- **R\$ 2.866.576** – Apoio a Pequenas Empresas
- **R\$ 1.844.401** – Reformas e Modernização das Unidades da SEFAZ

➤ **R\$ 53.767.224 Educação**

- **R\$ 27.531.751** - Obras/serviços de reparos e reformas em unidades escolares em diversos Municípios, tais como Itaperuna, Nova Iguaçu, Niterói, Barra do Piraí, Prefeito Mendes de



Moraes, Tangará, Duque de Caxias, dentre outros.

- **R\$ 10.091.507** - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas

➤ **R\$ 91.119.609 – Outros Poderes**

- **R\$ 40.905.833** - Obras nas instalações no TJ do Rio de Janeiro, nos Fóruns de Rio Bonito, Nilópolis, Campo Grande, Bangu, Rios das Ostras além das Comarcas de Mesquita, São Gonçalo, e Angra dos Reis.
- **R\$ 31.531.767** - Aquisição de equipamentos de processamento de dados e reformas para atender o projeto “Cidade da Polícia”; Obras e construções no âmbito do Poder Judiciário em Campo Grande, Teresópolis, Itaboraí e Mesquita;

➤ **R\$ 18.716.980 – Saúde**

- **R\$ 16.676.939** – Obras e Aquisição de equipamentos para melhoria da Rede Estadual de Saúde: 690 monitores multiparamétricos, equipamentos de ressonância magnética, 1 helicóptero de atendimento de emergência; Obras para implantação de CTI e sala de reidratação em Araruama;
- **R\$ 1.218.965** – Aprimoramento do Sistema de Saúde Interno do CBMERJ com aquisição de equipamentos

➤ **R\$ 109.862.877 – Transportes**

- **R\$67.466.883 - Implantação de Novas Linhas**

Metroviárias: Linha 4 - trecho Jardim Oceânico/Gávea; Expansão da estação General Osório e de interligação entre as linhas 1 e 4

- **R\$18.014.286 – Apoio aos Municípios:**

conservação da malha rodoviária em todo o Estado, obras de pavimentação, drenagem e urbanização em diversos municípios:

Saquarema, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis e São Francisco do Itabapoana.

- **R\$ 17.730.588 - Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II:** Aquisição de 30 trens chineses; Serviços de consultoria para atualização do plano diretor de transporte urbano para a região metropolitana.

➤ **R\$ 50.099.981 – Segurança Pública**

- **R\$ 14.358.622 - Obras de complementação da construção do Centro Integrado de Comando e Controle no Município do Rio de Janeiro**

- **R\$ 11.458.080 - Aquisição de 812 veículos e 325 motocicletas para reforçar a frota da área de segurança.**

➤ **R\$ 647.354.415 – Infraestrutura**

- **R\$ 271.976.939 - Implantação de Projetos de Infraestrutura:** execução das obras de expansão da Estação General Osório e de interligação entre as linhas 1 e 4; obras de



drenagem, pavimentação, recapeamento, contenção de encostas e taludes, estabilização, pavimentação, urbanização e terraplenagem, em diversos municípios.

- R\$ 85.671.120 - Arco Metropolitano - PAC – RJ
- R\$ 54.623.156 – Recuperação da Região Serrana

❖ Despesas por Fonte de recursos³⁶

Tabela 34

DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO ERJ - JAN-OUT 2011 /JAN-OUT 2012

DISCRIMINAÇÃO	EM R\$ MIL			
	5º BIM 2011	5º BIM 2012	VAR %	PARTICIPAÇÃO
RECURSOS DO TESOURO	30.148.733	33.851.568	12,3%	71,1%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	12.398.921	13.756.447	10,9%	28,9%
TOTAL GERAL	42.547.654	47.608.015	11,9%	100,0%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM

No período de janeiro a outubro, a participação dos recursos do Tesouro no financiamento da despesa liquidada, atingiu 71,1%, conforme demonstrado na tabela 34.

A despesa realizada com recursos de operações de crédito (FR 11 e 21), em relação ao bimestre anterior, aumentou 128,8%. No acumulado do ano registra-se expressivo acréscimo - R\$ 933,43 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (+120,9%), compatível com a receita realizada nessas Fontes de Recursos, permitindo dar celeridade a Projetos financiados com recursos pactuados com agentes financeiros, dentre eles, BNDES, Banco do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Grande parte desse aumento está registrado na Secretaria de Obras, R\$ 592,14 milhões, com destaque para as obras de reforma do Maracanã (R\$ 156,69 milhões) Obras de Infraestrutura (R\$315,95

³⁶ Ver Anexos Gerais - A.2



milhões) e obras de contenção de encostas na Região Serrana - Friburgo e Teresópolis (R\$80,79).

Ainda compondo o acréscimo acima mencionado há um grande investimento por parte da Riotrilhos com *implantação das obras da linha 4 de Metrô - Jardim Oceânico – Gávea* (R\$206,34 milhões) e da Central com a aquisição das novas composições ferroviárias (R\$127,38 milhões), melhorando assim a qualidade dos serviços de transportes urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, hoje operado pela SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S. A.

Com relação às Fontes de recursos não Tesouro, as despesas, até o 5º bimestre, somaram R\$13,75 bilhões, 10,9% maior do que em igual período de 2011. Desse montante a maior despesa foi financiada com recursos diretamente arrecadados (R\$10,35 bilhões), aqui incluídos o pagamento de inativos e pensionistas do RIOPREVIDÊNCIA que requereu, até outubro R\$8,64 bilhões.

Em menor escala, podemos destacar as despesas financiadas com recursos de convênios, com destaque para aplicação em ações de segurança, despesas financiadas com recursos do SUS e as despesas realizadas pelos Fundos Especiais do TJ, da PGE e da DPGE.

Segue quadro com as ações mais relevantes realizadas nessas fontes:

Tabela 35

FONTE	AÇÃO	LIQUIDADO 5º BIM 2012
18	Alimentação dos Apenados e Custodiados	110.795.737
	Gestão da Frota	55.287.637
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	27.300.308
	Polícia Integrada - C4IVR	27.916.283
	Atividade Operacional da Polícia Civil	33.496.501
Total		254.796.467
23	Exec Cont Gestão Fund Est Hosp Urg Emergência	10.089.647
Total		10.089.647
25	Assist. Hosp. e Amb. em Méd. e Alta Complex.	143.774.512
	Assistência Farmacêutica Especializada	30.891.254
	Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat	156.598.315
	Prest. Assist. Móvel Urgência e Emergência	20.366.354
Total		351.630.434
99	Centro de Estudos Jurídicos - PGE	46.460.050
	Modernização da Prestação Jurisdicional	63.344.094
	Operacionalização da Prestação Jurisdicional	203.906.350
Total		313.710.494

Gráfico 5

Fonte de Recursos - Tesouro

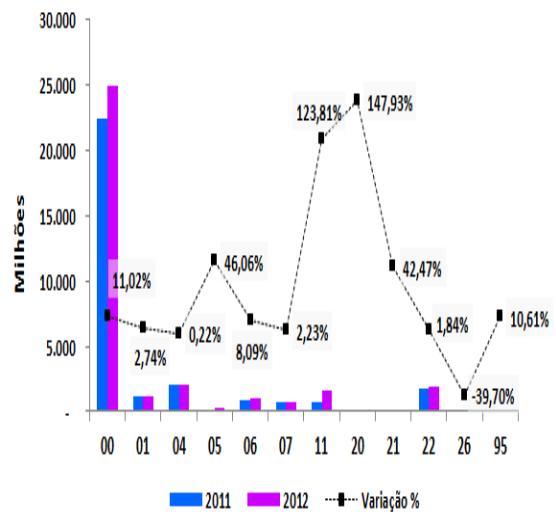
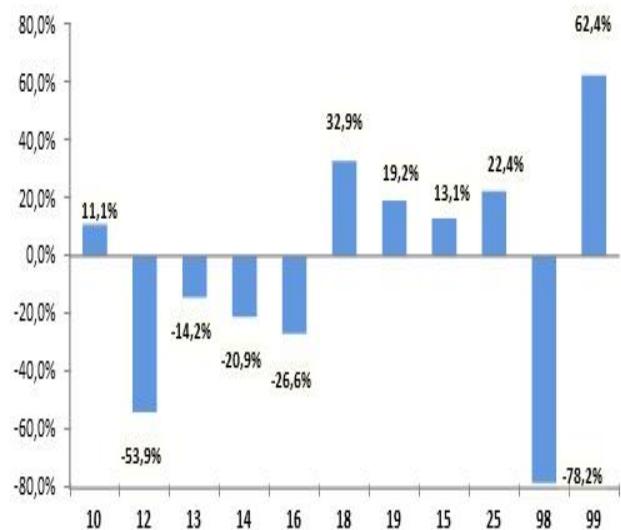


Gráfico 6

Outras Fontes - Variação 5º Bim.2011/2012





Aqui vale ainda destacar a despesa realizada a conta da FR 23(Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde) na Fundação Estatal de Saúde, demonstrando os repasses do FES para essa Entidade: aplicação de R\$ 10 milhões na execução de contratos de gestão hospitalar, que têm como objetivo promover ao cidadão, efetivo acesso à saúde pública de qualidade por meio de fundações instituídas no final de 2011 (Decreto 43.214).

O comparativo detalhado das despesas liquidadas por Fonte de Recursos, está demonstrado no anexo 2, desse Boletim.

V.II - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ³⁷, FECAM³⁸ e FEHIS³⁹.

Para dar visibilidade ao cumprimento dos dispositivos estabelecidos na Constituição Federal, a Tabela 36 demonstra o andamento dessas despesas até o 5º bimestre: na área de Educação, aplicação de, no mínimo, 25% das receitas provenientes de impostos e transferências governamentais e, na área de Saúde aplicação de 12%, respeitando a Lei nº 141/2012, que regulamenta a aplicação nesta área.

Já a Constituição Estadual estabelece que sejam aplicados na FAPERJ 2% das receitas advindas de impostos e transferências. No FECAM o mínimo a ser gasto anualmente é 5% das receitas provenientes de Royalties e Participações Especiais, fortalecendo as ações de preservação do meio ambiente, e por último, no FEHIS a aplicação mínima é de 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP).

A Tabela 36 ao lado apresenta os percentuais contabilizados até o mês de outubro. É valido ressaltar que os índices constitucionais são apurados para fins legais apenas ao final do exercício. O acompanhamento ao longo do ano é realizado para fins de planejamento orçamentário e controle da execução das despesas.

Tabela 36

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADA

PERÍODO	JAN- OUT 2011	JAN- OUT 2012	EM R\$ MIL
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	21.367.408	23.215.126	
DESPESA LIQUIDADA*	5.015.644	5.554.006	
MÍNIMO A SER APPLICADO (25%)	5.341.852	5.803.782	
% ÍNDICE	23,47%	23,92%	
SAÚDE			
RECEITA BASE	17.796.254	19.309.662	
DESPESA LIQUIDADA**	2.344.146	2.198.111	
MÍNIMO A SER APPLICADO (12%)	2.135.550	2.317.159	
% ÍNDICE	13,17%	11,38%	
FAPERJ			
RECEITA BASE	12.697.051	13.828.127	
DESPESA LIQUIDADA*	238.388	279.131	
MÍNIMO A SER APPLICADO (2%)	253.941	276.563	
% ÍNDICE	1,88%	2,02%	
FECAM			
RECEITA BASE	5.111.450	6.155.806	
DESPESA LIQUIDADA*	175.085	223.620	
MÍNIMO A SER APPLICADO (5%)	255.573	307.790	
% ÍNDICE	3,43%	3,63%	
FEHIS			
RECEITA BASE	2.082.587	2.111.510	
DESPESA LIQUIDADA	125.357	210.891	
MÍNIMO A SER APPLICADO (10%)	208.259	211.151	
% ÍNDICE	6,02%	9,99%	

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2007 a 2011)

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

Posição SIG/SIAFEM

³⁷ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

³⁸ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



➤ Educação

O índice da Educação atingiu 23,9% de aplicação contabilizando a despesa gasta até outubro, um total de R\$ 5,55 bilhões. No 5º bimestre foram aplicados R\$1,17 bilhões (=21,08% do gasto acumulado no ano), equivalentes a 25,1% da receita de impostos e transferências realizada no período.

Do total contabilizado para o índice da Educação até o bimestre R\$ 3,9 bi foram transferidos ao FUNDEB, dos quais a parcela de (perda líquida) R\$ 1,83 bi representa os recursos aplicados pelo ERJ na Educação dos Municípios. Pelas demais unidades orçamentárias, responsáveis pela gestão dos recursos da Função 12– Educação foi aplicado aproximadamente R\$ 1,65 bilhão. O cancelamento de Restos a Pagar 2011(tabela ao lado) tem que ser compensado no total de aplicação do exercício. O quadro ao lado demonstra a aplicação dos recursos do Tesouro por grupo de despesa: R\$ 468,09 milhões foram gastos com os vencimentos dos profissionais estatutários e R\$ 120,71 milhões com Contribuições Patronais que constituem receita do RIOPREVIDÊNCIA. As demais gratificações e despesas da folha de pagamento somaram R\$ 420,44 milhões. Em custeio, a Manutenção de Unidades Escolares, requereu R\$ 65 milhões e aos investimentos foram destinados majoritariamente a obras em unidades escolares, um total de R\$ 84,42 milhões.

Em outra Tabela demonstra-se a gasto acumulado no ano por Unidade Orçamentária.

➤ Saúde

O índice da Saúde ainda apresenta um ritmo lento de execução, totalizando 11,38% de aplicação na função. No bimestre foram aplicados R\$ 394,74 milhões, equivalentes a 10,18% da receita correspondente ao período.

O montante liquidado por grupo de despesa está demonstrado no quadro ao lado. O pagamento de pessoal e as despesas correntes equivalem quase à totalidade do montante aplicado até outubro (96,3%). Do gasto total de Pessoal (R\$1,05) as despesas de contratação de mão de obra terceirizada equivalem a 34,6% (R\$ 364,16).

Tabela 37

Em R\$

Índice da Educação por UO	
FUNDEB	3.905.212.828
<i>Perda Líquida</i>	1.834.074.459
<i>Retorno</i>	2.071.138.369
SEEDUC	457.367.776
DEGASE	89.131.882
UERJ	503.742.005
FAETEC	468.874.456
UENF	96.765.066
CECIERJ	18.828.817
UEZO	14.388.330
<i>RP Cancelado</i>	(305.478)
TOTAL	5.554.005.681

Posição: SIG/SIAFEM

Tabela 38

Em R\$

Índice Saúde por Grupo de Despesa	
Pessoal	1.052.030.019
Custeio	1.064.264.668
Investimento	73.136.876
Inversões	8.447.956
Amortização	782.334
<i>RP Cancelado</i>	(551.023)
TOTAL	2.198.110.830

Posição: SIG/SIAFEM



➤ FAPERJ, FECAM e FEHIS

A FAPERJ liquidou um total de R\$ 56,83 milhões neste bimestre, atingindo o montante aplicado de R\$ 279,13 milhões no acumulado do ano, basicamente, auxílio e bolsas concedidas a estudantes e pesquisadores.

O índice do FECAM, embora ainda esteja inferior ao estabelecido, liquidou neste bimestre 24,4% da receita correspondente ao período, elevando o percentual aplicado no ano para 3,63%, contra 2,08% contabilizados até o bimestre anterior.

O FEHIS já praticamente atinge o percentual estabelecido legalmente. O programa Aluguel Social foi responsável por R\$ 70 milhões do total aplicado no índice, no acumulado do ano. No bimestre foram gastos R\$ 52,07 milhões em ações destinadas a habitação.

Tabela 39

Em R\$

Índice Educação por Grupo de Despesa (em R\$)	
FUNDEB	3.905.212.828
Pessoal	1.009.250.591
Custeio	544.579.918
Investimento	95.267.823
RP Cancelado	(305.478)
TOTAL	5.554.005.681

Posição: SIG/SIAFEM

Tabela 40

Em R\$

Índice da Saúde por UO	
SES	144.398
Fundação	10.089.647
FES	2.158.929.221
IVB	29.468.592
UERJ	29.996
RP Cancelado	(551.023)
TOTAL	2.198.110.830

Posição: SIG/SIAFEM

➤ Financiamento da Saúde e da Educação com Fontes de Recursos Não Tesouro

Tabela 41
Aplicação das Fontes Não- Tesouro na Educação

FR	Dotação Disponível	Despesa Realizada
FNDE/SEEDUC	354.886.010	57.276.501
Salário Educação	442.796.194	274.353.434
FUNDEB	2.498.100.643	2.170.727.419
Convênio demais Uos	95.920.566	21.790.291
SUS	48.340.607	25.569.190
Total Geral	3.440.044.020	2.549.716.835

Fonte: SIG/SIAFEM

Nesse item do Boletim dá-se visibilidade às despesas das áreas de Educação e Saúde, financiadas com recursos de outras Fontes de Recursos, aqui discriminados por área de aplicação. A área de Educação, além dos recursos do Tesouro, já demonstrados na Seção IV.2 deste Boletim, conta ainda com



Transferências da União, aqui compreendidos os recursos vinculados a Convênios pactuados com o FNDE e os provenientes do Salário Educação, valores demonstrados na Tabela ao lado.

Excetuando-se o FUNDEB, que representa o retorno de parte das transferências do ERJ ao Fundo (ver Seção IV.2 deste Boletim), de acordo com seu percentual de matrícula definido pelo censo de responsabilidade do MEC, a maior despesa nessas FR(s) não Tesouro, está registrada no Salário Educação, pouco mais de 61% da dotação disponível, aplicados, basicamente, em Nutrição Escolar (R\$102,81 milhões) e em apoio a serviços educacionais, - vigilância, limpeza, etc – (R\$120,32 milhões)

A aplicação de recursos do FNDE e de Convênios na SEEDUC está muito aquém da dotação alocada, R\$354,88 milhões, dos quais foram liquidados no ano apenas 16,1% (R\$57,27 milhões). O fraco desempenho é ocasionado pela dificuldade em atender aos requisitos exigidos pelo Fundo na execução de obras em unidades escolares.

Ainda na área de Educação, para o pagamento de bolsistas residentes do Hospital Pedro Ernesto, cujas despesas são alocadas em Programas de Trabalho da UERJ, foram transferidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS R\$25,56 milhões.

Na Saúde destaque para as Transferências do SUS que utilizou no período 55% da dotação alocada, aplicados em Programas definidos pelo Ministério da Saúde, como por exemplo, Assistência Farmacêutica, Serviços de Alta e Média Complexidade, Vigilância em Saúde, entre outros.

Tanto na área de Educação quanto na área de Saúde a aplicação dos recursos de Fontes não Tesouro, ao final do 5º bimestre, apresenta fraco desempenho. Há dois meses do final do exercício, em Educação, não considerando o FUNDEB, foram gastos 40,2% e, na Saúde, 52,9% do montante disponível para cada uma dessas Funções.

Tabela 42

Aplicação das Fontes Não-Tesouro na Saúde

FR	Dotação Disponível	Despesa Realizada
Convênio Adm. Indireta	47.518.058	8.365.053
SUS	732.352.824	404.822.285
Total Geral	779.870.882	413.187.338

Fontes: SIG/SIAFEM



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 542/12, de 16 de outubro de 2012, observou-se que a liberação da Cota Financeira para o ano de 2012, nos últimos bimestres (conforme disposição das Resoluções SEFAZ nº 494/2012; nº 517/2012; e nº 530/2012), vem se mantendo no patamar de R\$ 14 bilhões (Gráfico 7).

Comparando-se as Fontes de Recursos, constatou-se que as Demais Fontes representam cerca de 40% superior às Fontes de Recursos do Tesouro (FR Tesouro). Tal fato deve-se, em grande parte, aos recursos provenientes da contratação de operações de crédito, firmadas por meio do Tesouro Estadual.

Ademais, verificou-se que o índice de utilização⁴⁰ da Cota Financeira nas FR do Tesouro se manteve elevado até o bimestre corrente (98,47%), conforme demonstrado na Tabela 43, enquanto nas Outras Fontes de Recursos o índice foi de 73,5%. Em relação ao percentual de utilização das demais Fontes de Recursos, quando comparado ao quarto bimestre deste ano, verificou-se um crescimento: de 61,1% para 73,5%.

Percebe-se, portanto, que os órgãos priorizaram o pagamento das despesas com recursos pertinentes a parcela da cota arcada com as Fontes de Recursos do Tesouro em relação às demais FR's.

Quanto à distribuição dos recursos do Tesouro, as áreas prioritárias Educação, Saúde e Segurança utilizaram, respectivamente, 99,7%, 99,9 e 99,0% da Cota Financeira liberada até o 5º bimestre de 2012 (Tabela 44). Houve destaque na utilização da Cota Financeira para a área de Saúde, que obteve o percentual de 99,9%. No tocante ao pagamento, foram executadas, em média, 94% das Programações de Desembolso emitidas para as áreas prioritárias.

Gráfico 7

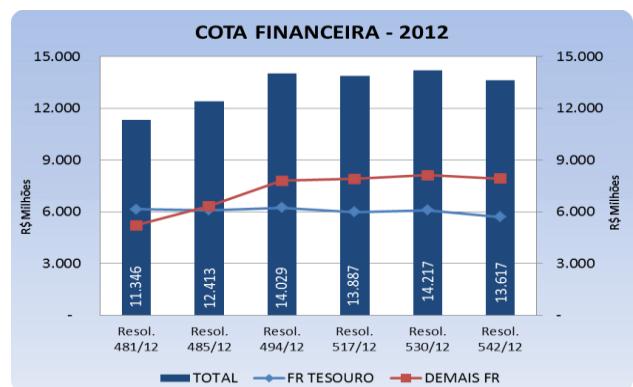


Tabela 43

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ OUTUBRO DE 2012

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	5.797	4.975	4.671	4.599	4.283
FR - Outras	3.498	2.760	3.640	2.675	2.581
Total geral	9.295	7.735	8.311	7.274	6.864

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2012

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	85,83%	106,52%	92,44%	98,47%	93,13%
FR - Outros	78,90%	75,82%	96,91%	73,47%	96,51%
Total geral	83,22%	93,07%	94,03%	87,52%	94,37%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2012

Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2012 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	R\$ MILHÕES DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	528	407	399	398	375
SAÚDE	1.569	1.260	1.138	1.137	1.052
SEGURANÇA	443	399	365	361	348
DEMAIS ÁREAS	3.257	2.909	2.769	2.702	2.509
TOTAL GERAL	5.797	4.975	4.671	4.599	4.283

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Ago/2012

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	76,95%	101,90%	97,84%	99,70%	94,17%
SAÚDE	80,33%	110,76%	90,25%	99,96%	92,47%
SEGURANÇA	90,07%	109,28%	90,59%	98,99%	96,29%
DEMAIS ÁREAS	89,32%	105,06%	92,89%	97,59%	92,84%
TOTAL GERAL	85,82%	106,51%	92,44%	98,46%	93,13%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Out/2012

⁴⁰ Cota Financeira utilizada refere-se a Programação de Desembolso-PD emitida



Gráfico 8

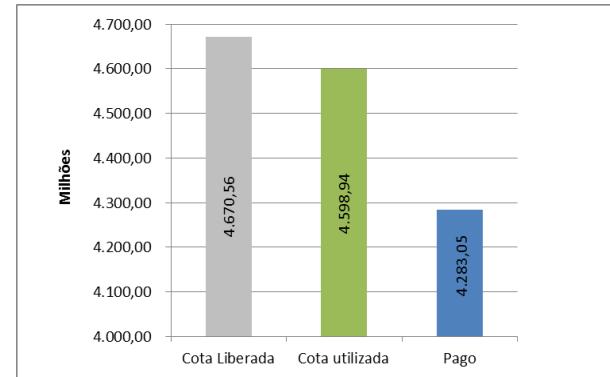


Tabela 45

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

5º BIMESTRE DE 2012

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	14
NÃO PRIORITÁRIAS	23
MÉDIA GERAL	18

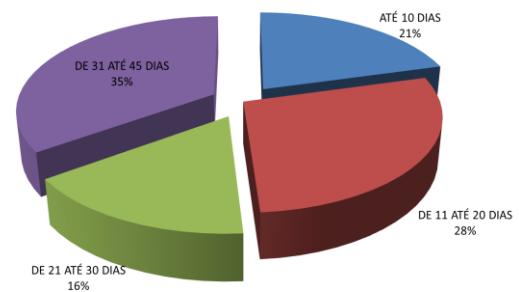
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual segue mantendo a celeridade no pagamento das obrigações suportadas com recursos do Tesouro. No quinto bimestre de 2012, o prazo médio de pagamento praticado foi de 14 dias, para as áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança); e, de 23 dias para as áreas não prioritárias. Observa-se a busca contínua pela agilidade quando se compara com o prazo médio praticado no 4º bimestre: de 15 dias para as áreas prioritárias; e de 23 dias para as áreas não prioritárias.

A Secretaria de Estado de Fazenda, neste bimestre, confirmou seu compromisso em relação à celeridade nos pagamentos, por meio da adimplência de 65% das Programações de Desembolsos (PD's) em até 30 dias após sua data de emissão (Gráfico 9), de um total de 7.734 PD's honradas no bimestre. Esses números evidenciam o contínuo planejamento do fluxo de caixa do Tesouro, fator que vem garantindo a agilidade da execução da programação orçamentária e financeira.

Gráfico 9

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
5º BIMESTRE 2012



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária⁴¹ (Copom) do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentuais, passando a vigorar a taxa Selic de 7,25% a.a., atingindo assim o menor patamar da história desde que a taxa básica de juros da economia brasileira foi criada, em 1996.

O Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 7,25% a.a., sem viés, por cinco votos a favor e três votos pela manutenção da taxa Selic em 7,50% a.a., esse é o décimo corte seguido desde agosto do ano passado. Na ocasião, a taxa estava em 12,5% ao ano. Desde então, foram promovidas sete reduções de 0,5 ponto percentuais e duas de 0,75 ponto percentuais e uma de 0,25 ponto percentuais.

Apesar do cenário de queda de juros, os fundos exclusivos do Tesouro Estadual, vem mantendo um bom desempenho, porém, as quedas sucessivas causaram uma flutuação com referência ao CDI levemente abaixo do normal no mês de setembro, e uma boa recuperação no mês de outubro, o que advém do constante esforço do Tesouro Estadual de otimizar os recursos em sua administração.

Tais fundos obtiveram em média 98,7% da taxa Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos), no 5º bimestre. A redução da taxa Selic, bem como outros fatores, e.g disponibilidade financeira, acarretaram na redução de 5,25% na receita financeira do 5º bimestre quando comparado com o bimestre anterior, e, de 13,6% comparado ao mesmo período de 2011. Sendo assim, até o 5º bimestre o Tesouro realizou 78,6% da receita financeira estabelecida na LOA.

Após a realização da décima queda da taxa de juros básica no período de 14 meses, alguns indicadores econômicos apresentaram uma provável desaceleração da economia, e a curva de juros foi ajustada, projetando uma taxa de juros de 7,25% a.a. para o final do 2012.

Gráfico 10

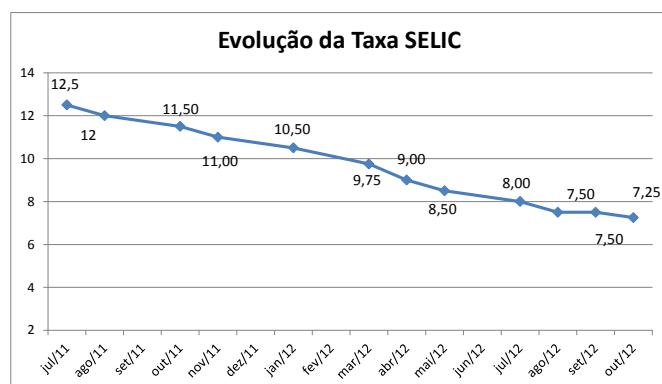


Gráfico 11

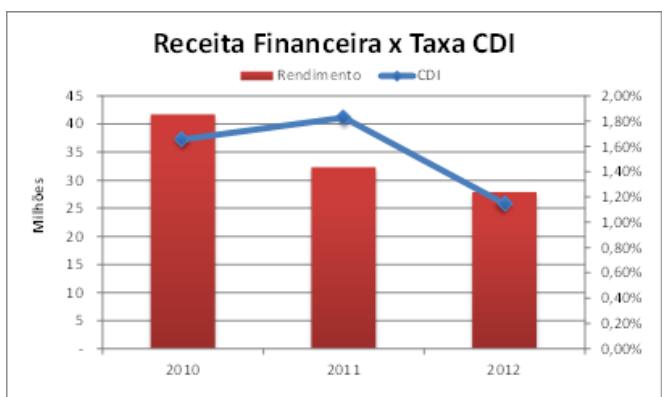
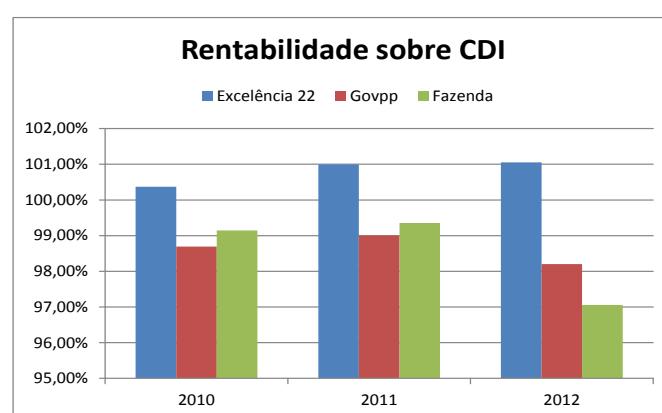


Gráfico 12



⁴¹ 170ª Reunião do COPOM, realizada nos dias 09 e 10 de outubro de 2012.



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a outubro de 2012, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 239 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 44,4%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 23,9%, para serviços de água e esgoto; 21,5%, para serviços de transmissão de dados; 6,2%, para serviços de telefonia; e 4,0%, para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2012, foram disponibilizados R\$ 359 milhões⁴² neste PT, e, até o 5º bimestre, foram empenhados R\$ 247 milhões, ou seja, 68,8%.

Um fator que colabora para obter maior eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais⁴³, abrange 16 concessionárias.

Até 5º bimestre de 2012, através do SIPC, foram registrados R\$ 240,7 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 170,5 milhões, representando 70,8% do total. Todavia, analisando-se os pagamentos por bimestre, constata-se que estão saldados 98%, 90%, 85,7%, 66,8% e 28,7%, respectivamente, das despesas de competência janeiro-

Gráfico 13

Acumulado até outubro / 2012

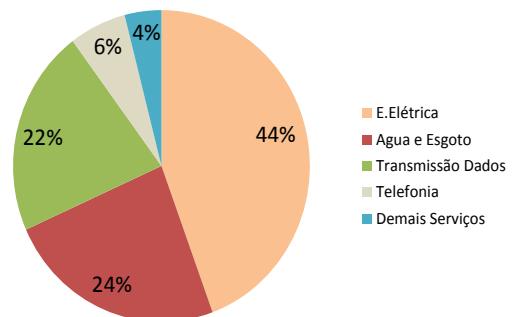
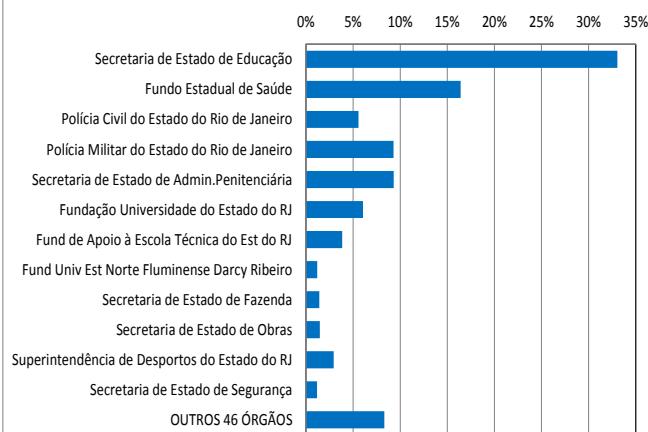


Gráfico 14

Participação dos órgãos no faturamento total SIPC



⁴² Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

⁴³ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.



Gráfico 15

fevereiro, março-abril, maio-junho, julho-agosto e setembro-outubro.

Devido, geralmente, a atrasos por parte de alguns órgãos, no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira, etapas necessárias para quitação de suas obrigações, a inadimplência junto às concessionárias está em torno de 29,1%.

Analizando o 5º bimestre, verifica-se que o Fundo Estadual de Saúde (FES), a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), juntos, são responsáveis por 69,0% do montante faturado em setembro/outubro estando quitado, apenas, 14,8%. Nesse contexto, vale ressaltar que a SEAP honrou 33,3% do total acumulado e faturado até o décimo mês do ano, sendo que, analisando o 5º bimestre isoladamente, todos os valores encontram-se não pagos.

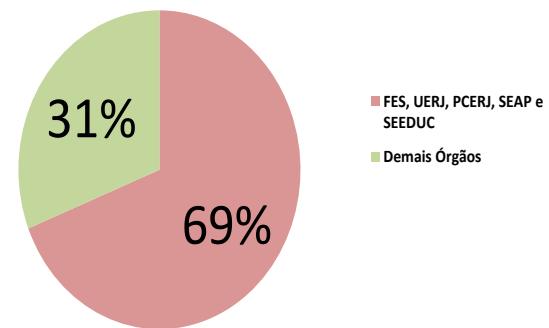
Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo que a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) continua exercendo junto às concessionárias, honrando todos os seus compromissos junto a essas empresas em tempo hábil, conforme já mencionado em boletins anteriores. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Centro de Tecn. de Informação e Comum. do Estado do RJ (PRODERJ); Inst. de Segurança Pública do Estado do RJ (ISP); Fundação Estadual do Norte-Fluminense (FENORTE), dentre outros.

V.4.1 Características de Consumo

Analizando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 5º bimestre de 2012, pode-se verificar um aumento global de 33,7%, se comparado com o bimestre anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que no quarto bimestre de 2012, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 11,3 milhões, sendo R\$ 10,4 milhões de demanda contratada e R\$ 851 mil de demanda ultrapassada.

Participação dos Órgãos no valor empenhado durante o 5º bim/12





Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, desde novembro de 2011, os serviços são prestados por duas operadoras: Intelig e OI/Telemar. Observa-se que nestes primeiros dez meses de 2012, a média do faturamento bimestral foi de R\$ 2,7 milhões. Quanto aos serviços de telefonia móvel, a média de faturamento bimestral foi de R\$ 265,5 mil, analisando o mesmo período.

Em relação aos serviços de água e esgoto, com o objetivo e tornar a conciliação das faturas mais eficiente, a partir de 2011, as concessionárias passaram a enviar, regularmente, os dados sobre o consumo de cada instalação estadual à Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias – CACPC. Importante destacar que a adesão da Cedae ao SIPC tornou o acompanhamento destas despesas mais abrangente.

No 5º bimestre de 2012, foram faturados R\$19,00 milhões com os serviços de água e esgoto, 1,0% a mais se comparado com o bimestre anterior. Observa-se que só a CEDAE comprehende cerca de 85% do total faturado para este tipo de serviço nos primeiros dez meses do ano.

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

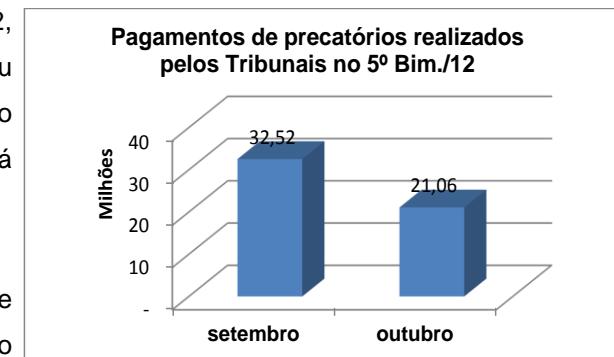
Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferirá, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de

Tabela 46

FAVORECIDOS	1º Bim/12	2º Bim/12	3º Bim/12	4º Bim/12	R\$ mil 5º Bim/12
CEDAE	15.988.695	16.560.141	16.231.642	16.001.284	16.319.392
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.	109.343	106.890	94.828	106.172	116.439
AGUAS DE NITEROI S.A.	1.136.318	1.236.040	1.222.523	1.224.910	1.184.467
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	83.983	93.891	77.267	101.023	89.894
AGUAS DO IMPERADOR S/A	102.576	89.629	82.569	81.237	106.020
AGUAS DO PARAIBA S/A	894.819	1.013.058	840.184	872.974	813.465
AGUAS DE JUTURNABAS/A	184.414	222.855	170.097	163.188	153.655
PROLAGOS	86.376	123.335	110.422	105.478	120.561
SAAE /B.MANSA	31.286	38.476	37.315	35.131	35.092
SAAE /V.REDONDA	108.689	133.295	141.112	119.505	62.983
TOTAL FATURADO	18.726.499	19.617.609	19.007.959	18.810.902	19.001.967

Obs.: O valor de SAAE VR no 5º bim não considerou a fatura de outubro/12, pois a mesma não foi recebida em tempo.

Gráfico 16





precatórios, observando-se a opção para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

Assim, nos meses de setembro e outubro de 2012, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de R\$ **53,58** milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 5º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ **2,03** milhões em pagamentos de 7 acordos de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado, antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Também nos meses de setembro e outubro, o Estado transferiu mais R\$ **20,60 milhões** para as contas especiais do Tribunal de Justiça destinadas aos pagamentos de precatórios, como complementação da transferência de 2011, com base no termo de compromisso firmado entre o CNJ, TJ/RJ, TRT 1ª região, TRF 2ª região e PGE.



Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 5º Bimestre deste ano, foram pagas 445 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 3,35 milhões.

Tabela 47

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal⁴⁴.

PAGAMENTOS DE RPV - 5º BIM. 2012		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
SETEMBRO	234	1.538.592,93
OUTUBRO	211	1.814.596,03
TOTAL	445	3.353.188,96

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

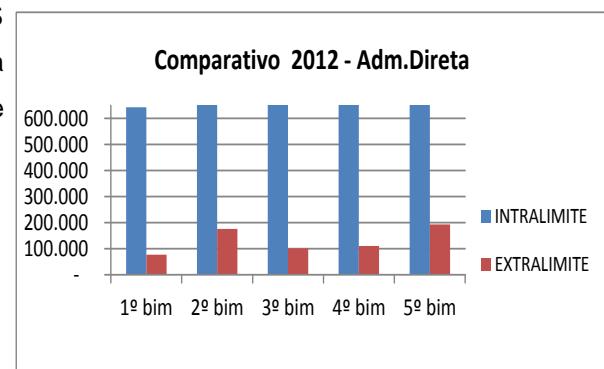
Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 5º bimestre de 2012, o montante de R\$ 79,56 milhões.

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

Gráfico 17

O Tesouro Estadual desembolsou no 5º bimestre de 2012, R\$ 904,27 milhões com o serviço da dívida⁴⁵. A importância desembolsada foi 13,6% superior ao valor pago nos meses de setembro e outubro de 2012.

Esta variação foi influenciada pela variação do serviço extralimite, que foi 78,3% superior ao pago no 4º bimestre, em virtude do pagamento da semestralidade, dos contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, e dos contratos da dívida externa.



Do total pago no 5º bimestre de 2012, R\$ 705,10 milhões foram referentes à dívida intralimite⁴⁶, valor superior aquele devido

⁴⁴ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

⁴⁵ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴⁶ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;



pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 48,20 milhões.

O pagamento da dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual⁴⁷ teve um acréscimo de 339,6%, em relação ao bimestre anterior, em função do pagamento da dívida da Riotrilhos que é efetuado semestralmente nos meses de abril e outubro, totalizando no 5º bimestre o valor de R\$ 2,27 milhões. Esse montante representa, apenas, 0,3% do montante pago no período.

Tabela 48

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	4º bim 2012			5º bim 2012			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	373.742	421.980	795.722	449.042	452.954	901.996	13,36%
INTRALIMITE	293.254	392.038	685.291	304.917	400.181	705.098	2,89%
EXTRALIMITE	80.489	29.942	110.431	144.126	52.773	196.899	78,30%
INTERNA	71.269	25.034	96.304	71.154	23.158	94.312	-2,07%
EXTERNA	9.219	4.908	14.128	72.972	29.615	102.587	626,15%
ADM. INDIRETA HONRADA	428	89	517	1.287	984	2.271	339,57%
TOTAL	374.170	422.069	796.239	450.329	453.939	904.268	13,57%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	249.301	392.038	641.338	256.713	400.181	656.894	2,43%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	293.254	392.038	685.291	304.917	400.181	705.098	2,89%
Diferença incorporada no resíduo	(43.953)	-	(43.953)	(48.204)	-	(48.204)	9,67%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

⁴⁷ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 5º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 67,81 bilhões, 1,4% maior que no bimestre anterior. Explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI⁴⁸.

Gráfico 18

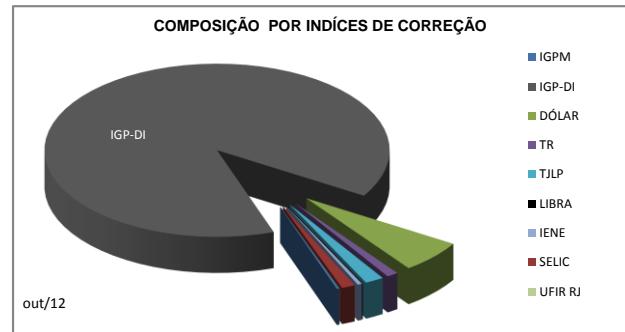


Tabela 49

	R\$ mil		
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	66.870.853,53	67.810.737,10	1,41%
INTERNA	63.325.344,00	64.325.508,86	1,58%
Dívida com a União	63.325.344,00	64.325.508,86	1,58%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	3.483.320,58	3.416.624,93	-1,91%
Com Aval do Tesouro Nacional	3.480.187,02	3.413.493,41	-1,92%
Mobilária	3.133,56	3.131,52	-0,07%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	62.188,94	68.603,31	10,31%
DÍVIDA FINANCEIRA	66.870.853,53	67.810.737,10	1,41%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	34.421.457,25	35.089.774,92	1,94%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,94	1,93	-0,53%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 5,0% do total da dívida financeira, encerrou o 5º bimestre de 2012 com saldo de R\$ 3,42 bilhões, ou seja, 1,9% inferior ao do 4º bimestre de 2012, justificada pelas amortizações realizadas e pela variação dólar⁴⁹ no período.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 68,60 milhões, representando um aumento de 10,31% em relação ao saldo verificado no bimestre anterior.

⁴⁸ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 88,3% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 1,5% e 2,0% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 5º bimestre fechou em 2,8% (IGP-DI de ago/12 e set/12) e nos últimos 12 meses (de out/11 a set/12) em 8%.

⁴⁹ A cotação do dólar (venda) do dia 31/08/2012 foi de 2,0372; e a do dia 31/10/2012 foi de 2,0313.



Este aumento ocorreu em função da inclusão da dívida da CEASA na dívida consolidada do Estado.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou pequena variação em relação ao 4º bimestre de 2012. A relação caiu de 1,94 para 1,93⁵⁰.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 95,2% do estoque. Desse montante, 90,8% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo⁵¹, representam 6,51%, e desse percentual, apenas 0,16% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁵². No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 16,2%.

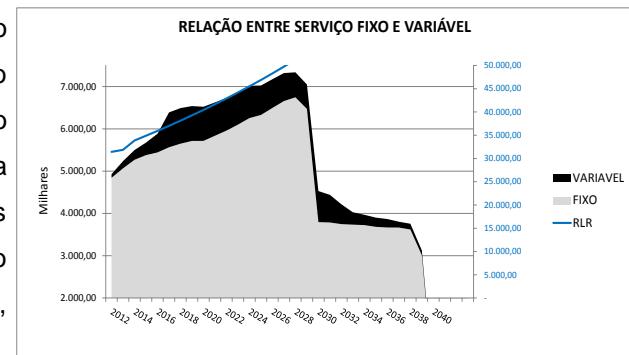
Em relação ao prazo médio de amortização⁵³ e ao prazo médio de repactuação⁵⁴, estes atingiram 11,03 anos e 10,12 anos, respectivamente.

Tabela 50

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS
R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.375.167	2,13%	2,03%
2,1 - 4	266.687	0,41%	0,39%
4,1 - 6	61.551.496	95,39%	90,78%
acima de 6,1	1.332.784	2,07%	1,97%
Subtotal	64.526.134	100,00%	95,17%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	2.374.538	72,47%	3,50%
4,1 - 6	902.122	27,53%	1,33%
Subtotal	3.276.660	100,00%	4,83%
Total	67.802.794		100,00%

Gráfico 19



⁵⁰ A meta da dívida para o exercício de 2012, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

⁵¹ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁵² Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

⁵³ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁵⁴ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Cenários Econômicos

Tabela 51

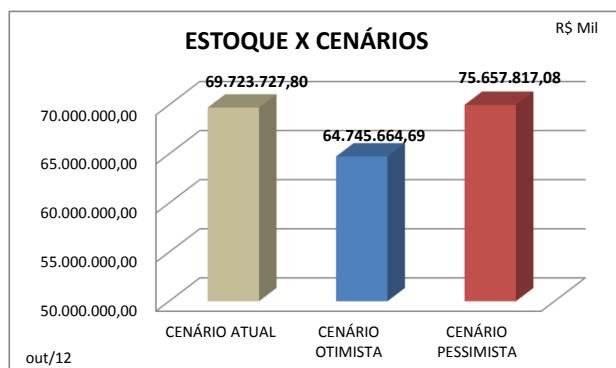
CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,22%	154.852.843,14	IGPM	0,24%	154.852.843,14	IGPM	0,20%	154.852.843,14
IGP-DI	88,96%	62.026.757.934,61	IGP-DI	88,11%	57.048.694.831,96	IGP-DI	89,83%	67.960.847.215,81
DÓLAR	5,92%	4.128.472.662,22	DÓLAR	6,38%	4.128.472.662,22	DÓLAR	5,46%	4.128.472.662,22
TR	1,04%	728.170.488,96	TR	1,12%	728.170.488,96	TR	0,96%	728.170.488,96
TJLP	1,69%	1.181.765.919,36	TJLP	1,83%	1.181.765.919,36	TJLP	1,56%	1.181.765.919,36
LIBRA	0,00%	3.131.519,99	LIBRA	0,00%	3.131.519,99	LIBRA	0,00%	3.131.519,99
IENE	0,40%	281.348.223,00	IENE	0,43%	281.348.223,00	IENE	0,37%	281.348.223,00
SELIC	1,21%	842.410.690,14	SELIC	1,30%	842.410.690,14	SELIC	1,11%	842.410.690,14
S/ CORREÇÃO	0,54%	376.817.514,10	S/ CORREÇÃO	0,58%	376.817.514,10	S/ CORREÇÃO	0,50%	376.817.514,10
TOTAL	100,00%	69.723.727.795,52	TOTAL	100,00%	64.745.664.692,87	TOTAL	100,00%	75.657.817.076,72

Considerando os possíveis cenários, em 2013, de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 10,9 bilhões e, em valores relativos, de 16,9%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 0,87% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 88,96%, no cenário atual, para 89,83%, no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) reduziu de 0,88%, em setembro, para -0,31%, em outubro, resultando em inflação acumulada em doze meses de 7,42% e no ano de 7,13%. Em outubro de 2011, o indicador registrou inflação de 0,43%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral, variou 7,933 % em doze meses até outubro, comparado a do mês anterior, onde a taxa foi de -0,68%. A produção industrial recuou 1,2% em julho e agosto, levando o índice médio desses meses ao mesmo patamar observado no segundo trimestre do ano. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, registrou variação de 0,48% em setembro, ante 0,54%, no mês anterior. Já o Índice

Gráfico 20





Nacional de Custo da Construção (INCC), que tem peso de 10%, registrou em setembro, taxa de variação de 0,22%, abaixo do resultado do mês anterior, de 0,21%. O índice relativo a materiais, equipamentos e serviços registrou variação de 0,49%. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,42%. Em 2012, esse item subiu 4,40% e, nos últimos 12 meses, 4,92%. O custo referente à mão de obra registrou variação de 0,01%. No mês anterior, esse indicador não variou. No ano, esse item acumula alta de 8,96% e, em 12 meses, avanço de 10,27%.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 2,23 bilhões para 4,15 bilhões e de 3,64% para 6,11%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a órgãos internacionais.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 57,33 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em setembro e outubro de 2012:

- R\$ 20,37 milhões ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 18,18 milhões, foram destinados à Elaboração de Estudos e Projetos relativos à Linha 4 do Metrô (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 11,09 milhões, foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 6,27 milhões, foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) ; e
- R\$ 1,41 milhão, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID).



Cabe destacar que foram assinados nos meses de setembro e outubro, cinco contratos de operação de crédito conforme listados abaixo:

- (i) operação de crédito externo, assinada em 05/09/2012, junto ao Banco Mundial - BIRD, referente ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adicional, no valor de R\$ 600 milhões;
- (ii) operação de crédito externo, firmada no dia 13/09/2012, com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no montante de US\$ 100 milhões, referente ao Programa de Obras Emergenciais - POE;
- (iii) operação de crédito externo, também firmada no dia 13/09/2012, igualmente junto à Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de US\$ 319,68 milhões, referente ao Programa de Melhorias e Implantação de Infraestrutura Viária do E.R.J. – PROVIAS;
- (iv) operação de crédito externo, celebrada no dia 09/10/2012, junto à Agencia Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor de US\$ 394,50 milhões, referente ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana – PMU e;
- (v) operação de crédito externo, assinada em 30/10/2012, junto ao Banco Mundial - BIRD, referente ao Programa de Desenvolvimento Social, Econômico e de Sustentabilidade do E.R.J. II – PRODESF II.

Neste Bimestre, o Estado deu entrada junto à STN em mais duas operações de crédito, quais sejam:

- R\$ 1,20 bilhão, destinado à execução do Programa Coordenado de Investimentos – PROCOI, a ser firmado junto à Caixa e;
- US\$ 940,96 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE, a ser firmado junto ao Banco do Brasil .

**Tabela 52****Cronograma de Liberações****Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal**

Data: 31.10.2012

Valores em R\$ mil

	2012		TOTAL a Liberar (2)
	Liberado (1)	a Liberar (2)	
1. Operações de Crédito Contratadas	1.471.060,55	2.234.978,55	9.139.017,65
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	1.237.105,80	776.106,01	4.310.761,78
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	5.382,71	6.770,43	6.770,43
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	527,32	-	-
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	67.390,31	87.071,65	446.750,40
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	38.888,94	23.226,75	43.226,75
5. BNDES PMAE II	1.319,95	1.193,57	5.856,57
6. CAIXA PAC	51.848,86	13.151,04	81.875,04
7. CAIXA-VIALIGHT	-	-	259.138,33
8. BNDES - MARACANÃ_COPA 2014	168.000,00	52.000,00	152.000,00
9. B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	885.563,00	565.000,00	2.760.000,00
10. BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	18.184,72	19.692,28	139.769,79
11. CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	8.000,29	415.374,47
Demais	233.954,75	1.458.872,54	4.828.255,87
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	211.234,18	-	107.358,77
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	9.950,95	-	41.792,28
3. BID - PROFAZ (profisco)	2.177,46	3.867,60	25.524,57
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	300,00	3.441,39	37.501,78
5. BID PRODETUR	10.292,16	37.095,81	215.967,82
6. BID - PSAM	-	49.480,86	918.106,97
7. BIRD - PET II Adicional	-	127.533,14	1.218.780,00
8. CAF - POE	-	72.172,09	203.130,00
9. CAF - PRÓ - VIAS	-	21.659,75	649.355,83
10. AFD - PMU	-	534.231,90	801.347,85
11. BIRD - PRODEF DPL III	-	609.390,00	609.390,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	1.299.034,66	3.114.075,05
1. AM - ARCO METROPOLITANO - CAF	-	216.579,59	406.260,00
2. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	37.099,71	121.878,00
3. PROCOPA II - CAF	-	161.017,16	245.108,85
4. RIORURAL - ADICIONAL	-	15.245,00	200.000,00
5. PRÓ-INVESTE	-	469.135,77	940.956,77
6. OPERAÇÃO ESTRUTURADA	-	399.957,43	1.199.871,43
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)	-	-	7.734.065,75
Total	1.471.060,55	3.534.013,21	19.987.158,44

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de out/2012

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.

**Tabela 53****Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso**

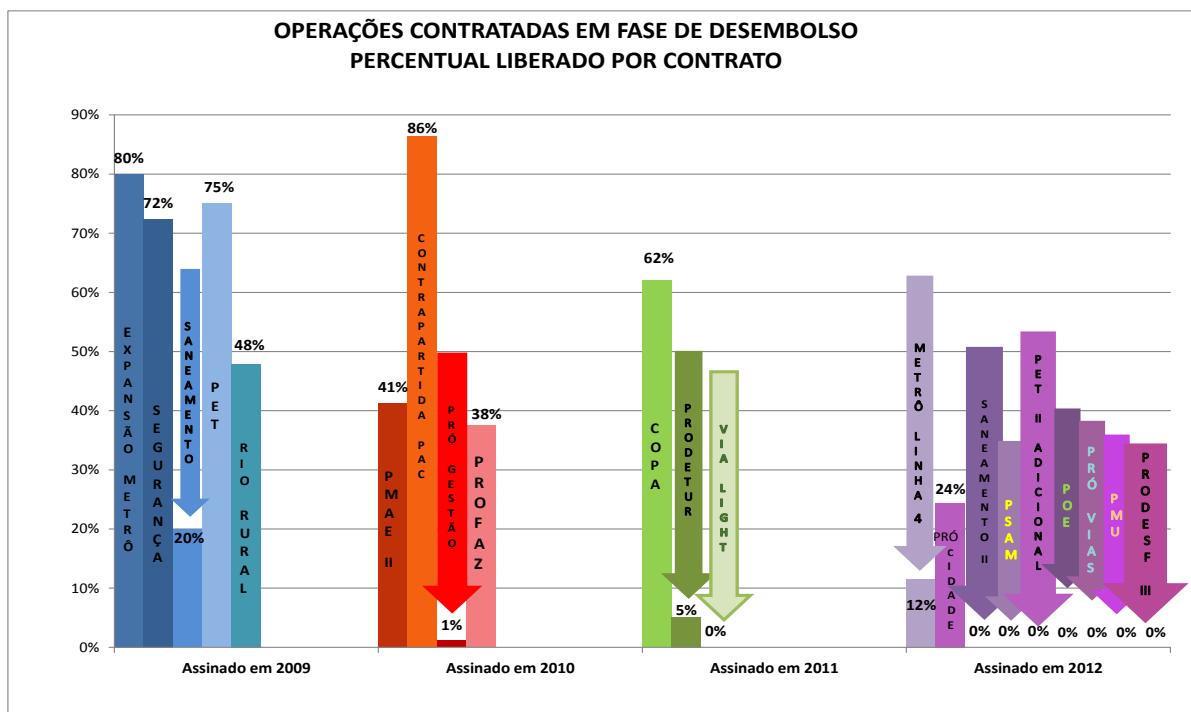
Data: 31.10.2012

Valores em moeda contratual

	DATA DA ASSINATURA	EXECUTOR DO PROJETO	MOEDA	VALOR CONTRATADO	TOTAL LIBERADO	%
BNDES						
BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169 A	25/11/2009	TESOURO ERJ	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%
BNDES - SEGURANÇA - 12.1.173	10/08/2009	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	57.633.556,3036	72%
BNDES PMAE II 1.1.176	26/05/2010	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	2.089.798,1389	41%
MARACANÃ COPA 2014 - BNDES - 12.1.185	29/07/2011	SEOBRAS	URTJLP	202.626.033,3928	125.628.140,7036	62%
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES - 12.1.188	12/06/2012	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	9.211.745,3548	12%
B. BRASIL						
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - BANCO DO BRASIL12.1.187	05/06/2012	SEOBRAS	DÓLAR	1.786.165.115,00	435.594.195,77	24%
CAIXA						
CAIXA - SANEAMENTO - 12.1.171	07/07/2009	CEDAE	REAIS	558.000.000,00	111.249.599,33	20%
CAIXA PAC 12.1.177	24/06/2010	SEOBRAS	URTJLP	307.002.053,00	265.527.018,37	86%
VIALIGHT - CAIXA - 12.1.178	28/06/2011	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA 12.1.189	22/06/2012	CEDAE	UPR-CEF	20.150.948,04	-	0%
BIRD						
BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II - 21.1.017	24/09/2009	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	158.847.751,24	75%
BIRD - RIO RURAL - 21.1.1018	14/12/2009	SEAPPA	DÓLAR	39.500.000,00	18.925.846,79	48%
BIRD - PRÓ-GESTÃO 21.1.021	22/11/2010	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	211.039,04	1%
BIRD - PET II Adicional - 21.1.025	05/09/2012	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	-	0%
BIRD - PRDEF DPL III - 21.1.029	30/10/2012	SEFAZ	DÓLAR	300.000.000,00	-	0%
BID						
BID - PROFAZ (profisco) 21.1.020	10/05/2010	TESOURO ERJ	DÓLAR	19.759.050,00	7.410.588,43	38%
BID PRODETUR- 21.1.022	08/08/2011	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%
BID- PSAM - 21.1.024	20/03/2012	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	-	0%
CAF						
CAF - POE - 21.1.026	13/09/2012	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	-	0%
CAF - PRÓ-VIAS - 21.1.027	13/09/2012	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	-	0%
AFD						
AFD - PMU - 21.1.028	09/10/2012	SEFAZ	DÓLAR	394.500.000,00	-	0%



Gráfico 21



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁵⁵

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2012, com 671 Convênios de Despesa e 423 Convênios de Receita vigentes⁵⁶.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁵⁷, já na esfera dos Convênios de Receita o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁵⁸ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 110 convênios, beneficiando 60 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 457,19

⁵⁵ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁵⁶ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁵⁷ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁵⁸ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 561 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Nos meses de setembro e outubro, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 1,70 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 5º bimestre de 2012, o total de 55 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,43 bilhões⁵⁹. Dessa importância, R\$ 1,44 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 989,25 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 5º bimestre de 2012, foram repassados em torno de R\$ 1,18 bilhão. Sendo destinados 68,30%, à área de Habitação; e 31,70%, à área de Saneamento.

Ademais, cabe informar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou convênio com a PUC-Rio para desenvolver o Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro - CONVERJ, que tem como objetivo facilitar e assegurar o acompanhamento de convênios estaduais, por meio de ferramenta virtual. A iniciativa complementa as ações realizadas para a melhoria da gestão estadual, já que, por intermédio do CONVERJ, será possível ter maior controle sobre as verbas repassadas, tanto a instituições e entidades sem fins lucrativos, quanto a municípios.

Além disso, também será viável tanto para o Estado do Rio de Janeiro quanto para os conveniados visualizarem o valor dos recursos, seu destino, sua utilização, entre outros importantes dados.

De acordo com a Casa Civil, o software, provavelmente, passará a ser utilizado a partir de maio de 2013, nas Secretarias de Estado de Assistência Social e de Esporte e

⁵⁹ Valor original desconsiderando os aditivos.



Lazer. A previsão é de que as demais secretarias façam a implantação do referido sistema, gradualmente, de junho do mesmo ano, até janeiro de 2014.